

## Introdução

Timor-Leste foi uma colónia Portuguesa, desde 1512 até 1974. Quatro meses depois da revolução dos cravos de 25 de Abril, os timorenses começaram a fundar os partidos políticos, cujo primeiro a UDT (União Democrática de Timor), de seguida, a ASDT (Associação Social Democrata Timorense), que mais tarde se transformou em Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), a APODETI, por sua vez foi um partido que surgiu com perspectiva de integrar Timor na NKRI (Negara Kesatuan Republik Indonésia), sendo ainda de salientar outros pequenos partidos políticos, tais como a KOTA e Trabalhista.

Historicamente, sucederam-se vários episódios que cumpre aqui mencionar, ainda que muito brevemente. Houve uma coligação e a guerra civil entre UDT e FRETILIN; houve uma retirada organizada dos portugueses pelo governador Lemos Pires para a ilha de Ataúro. Em última análise, este último acontecimento deve ser classificado como um ato de abandono no sentido de que não conseguiu resolver ou mediar o conflito interno entre dois grandes partidos políticos Timorenses. Já no mês de Outubro de 1975, teria lugar um ataque de “assalto territorial” conduzido pelos militares indonésios com o apoio incondicional dado por alguns dirigentes da UDT, que perdeu a batalha na guerra civil. A FRETILIN encarou tal facto como uma pressão injustificada que poderia destruir a soberania timorense enquanto “um povo e uma nação”, por isso, sem hesitação, mas com um compromisso responsável proclamou unilateralmente, em 28 de Novembro de 1975, a Independência de Timor-Leste.

Os países ocidentais (nomeadamente EUA, Austrália e Inglaterra) viram em tal proclamação uma ameaça para a estabilidade política, militar e económica da região. Daí apresentaram uma proposta “direta” à Indonésia como uma estratégia política “sem compromisso” adequado ou assumido. As autoridades indonésias, por seu lado, sentindo-se confiantes decidiram de imediato invadir formalmente o território de Timor-Leste, o que viria a ocorrer em 7 de Dezembro de 1975.

Uma ocupação que, durou cerca de 24 anos, e que terminou com a consulta popular realizada, em 30 de Agosto de 1999, com supervisão das Nações Unidas

(ONU), na qual cerca de 80 % de timorenses votou pela independência de Timor em Setembro de 1999. Os timorenses com plena consciência, enquanto pertencentes a uma entidade cultural, religiosa e histórica específica, decidiram pela escolha da “independência com 78,87%. Um mês depois, a UNAMET (United Nations Administration Mission in East Timor) foi substituída pela UNTAET. O objetivo desta instituição passava por acompanhar e consolidar o processo de transferência do poder aos timorenses enquanto senhores do seu país. O dia 20 de Maio de 2002, dia da restauração da independência de Timor -Leste foi o dia em que a ONU entregou poder administrativo aos Timorenses, reconhecendo assim Timor- Leste com país independente, tornando-se mais um entre os 190 países membros da ONU.

Na vida da sociedade contemporânea, a participação política é um dos princípios da democracia, sem ela, daí que não exista, pelo menos teoricamente nenhuma definição de democracia que não inclua o conceito de participação. A participação política de uma sociedade é um dos princípios básico, fundamental para construir uma sociedade justa e inclusiva.

O estudo sobre a participação ativa da sociedade na vida política, e mais concretamente, a participação da sociedade timorense nas eleições presidenciais de 2002, 2007 e a 2012, que do ponto de vista de corresponde bem ao legado de Norberto Bobbio (1986), quando este sublinha que se trata já de um caminho para a liberdade, não no sentido de interesse dos grupos, mas no sentido de uma participação que glorifica o título da nação perante a conjuntura internacional.

Seguindo ainda, o pensamento de Bobbio , a participação política da sociedade civil não se expressa apenas na “festa democrática”, traduzida nas “eleições”, mas deve expressar-se também noutras ocasiões que podem ser muito importantes para a consolidação da democracia do Estado-Nação. E é-o tanto mais para um país como Timor-Leste, porque isso pressupõe que o pessoal legislativo e executivo, enquanto representantes legítimos do Estado-Nação, não podem (ou pelo menos não devem) praticar a “política de obliquidade”. Isto significa que a participação da sociedade nas eleições é uma manifestação que faz parte do processo político e na tomada de decisão política de um Estado-nação. Mas, também que a participação política está longe de se esgotar pura e simplesmente nos atos eleitorais, por maior que seja a sua importância em democracia.

Exposto isto, passamos a apresentar quais os principais objectivos que visa esta dissertação, dos mais gerais aos mais concretos, procurando ser tão claros e esclarecedores quanto for possível:

1. Fazer uma análise comparada da participação da sociedade timorense nas eleições Presidenciais de 2002, 2007 e a 2012, de modo a analisar e compreender qual o seu nível e a natureza da sua participação em tais atos eleitorais, fundamentais da construção e da consolidação da vida política democrática em Timor.
2. Identificar os principais problemas que a sociedades Timorense enfrenta no que respeita à sua participação no processo de participação, sobretudo no que diz respeito essencialmente à participação eleitoral, que tem como principais protagonistas os cidadãos eleitores, os partidos e os seus candidatos.
3. Coligir empíricos sobre a percepção dos principais protagonistas nas eleições presidenciais, relativamente ao modo como avaliam a participação nas eleições Presidenciais;
4. Analisar comparativamente os resultados obtidos pelos candidatos que disputaram as eleições Presidenciais de 2002, 2007 e 2012;
5. Procurar ainda analisar as seguintes temáticas, que formulamos aqui de um modo interrogativo:
  1. Quais foram os programas políticos dos candidatos?
  2. Quais os critérios que determinaram as preferências dos cidadãos face aos candidatos
  3. Qual o grau de democraticidade de cada uma das eleições aqui estudadas, nomeadamente Eleição Presidencial de 2002, 2007 e a 2012?

Com a base nos objectivos que norteiam este trabalhos e nas perguntas específicas aqui formuladas, passemos então à apresentação da estrutura do nosso trabalho, em pare consubstanciada no índice: na primeira parte, proceder-se-á ao enquadramento teórico e metodológico que reflete os conceitos centrais da nossa pesquisa, tais como o conceito da ‘democracia’, ‘partidos políticos’ e ‘eleições’; ao mesmo tempo, e porque a área disciplinar da tese é a da Ciência Política, não podemos fugir àquela que é a tarefa

principal de qualquer cientista político, nomeadamente confrontar o normativo com o factual, os juízos de valor com os juízos facto, e aferir a distância que os separa e quais as razões inerentes a tal distanciamento. Analisamos, seguidamente, o processo da ‘campanha eleitoral’, os ‘discursos dos candidatos’, ‘programas dos candidatos e os seus perfis políticos. Na segunda parte, abordaremos a relação entre os partidos que têm assentos parlamentares e os candidatos às eleições presidenciais em Timor Leste. Por fim, o nosso desenho de investigação, encerra com a discussão em torno das conclusões deste trabalho de pesquisa, advertindo já que estas são aproximativas e não definitivas ou certezas absolutas. Não, bem pelo contrário. Tratam-se sobretudo de juízos e considerações essencialmente probabilísticas que resultam de uma estratégia de investigação traçada previamente e, como não poderia deixar de ser, comprometida com os princípios basilares da réplica e da falsificação dos resultados. Neste capítulo final, deixam-se ainda sugestões de investigação para futuros trabalhos que nos parecem interessantes vir a ser concretizadas por outros colegas com iguais preocupações no interior da comunidade científica.

## **Primeira Parte**

### **Enquadramento Teórico e Metodológico**

#### **1. A Democracia, Partidos Políticos e Eleições**

A relação de representação política no estado democrático assume um papel primordial, que lhe é reconhecido tanto na teoria política como na prática da democracia. Com efeito, a lógica do exercício do poder baseia-se na função de representação: o eleito está vinculado por um mandato dos seus eleitores, pressupondo-se que procurará satisfazer as suas expectativas ou as promessas, que apresentou e que motivaram os votos que recebeu no dado acto eleitoral.

A lógica da avaliação do poder é também baseada na função de representação: o que realmente conta na avaliação política é o resultado eleitoral que mantém ou retira um determinado mandato a este ou aquele candidato. É uma verificação que se mantém válida mesmo que o conteúdo do mandato tenha sentidos muito diferentes para a multiplicidade dos eleitores e mesmo para quem é eleito. Finalmente, é ainda a função de representação que possibilita a atividade de regulação no exercício do poder político, no sentido em que o grau de satisfação dos diversos interesses sociais é um indicador relevante para a tomada das decisões políticas (Aguiar, 1988) Com estes pressupostos, vale a pena abordar aqui do ponto de vista teórico os pilares da função representativa num Estado de Direito democrático, tais como o conceito de democracia representativa, partidos políticos e eleição.

##### **1.1. Democracia representativa**

No estado democrático, encontra-se uma definição mais ampla da “democracia”. Uma expressão que remete para a essência da liberdade do homem, ilusoriamente caracterizada como fundamento dos valores de felicidades terrestre do homem. Na teoria

da história e das ideias políticas, há dois tipos de democracia: a democracia direta e representativa. Enquanto a primeira, foi aquela democracia que os Gregos utilizaram durante um século para legitimar a soberania do Estado. Caracterizava-se pelo exercício direto do poder pelos cidadãos sem que para isso a realização de eleições. Se as decisões eram tomadas diretamente por todos os cidadãos ativos, ficando de fora os escravos, as mulheres e os metecos, já a designação para a ocupação dos cargos era feita através de sorteio e seguindo o princípio da rotatividade. No respeitante à segunda, podemos dizer que é um regime político atualmente vigente em vários países do mundo, incluindo Timor-Leste. Neste regime, os cidadãos não exercem o poder diretamente, ainda que sendo os soberanos formais, mas delegam-no através de escolha democrática (eleições) nos seus representantes, através do concurso de organizações políticas constituídas para o efeito, os partidos políticos. Ou seja, organizações políticas exclusivamente vocacionadas para a luta pela conquista, manutenção e exercício de poder político, através de eleições livres, justas, concorrenciais e periódicas, ou seja, de acordo com todos os preceitos democráticos distinguem eleições em democracia de eleições em regime não democráticos

A democracia representativa atual, a única possível na contemporaneidade, dadas as suas muitas limitações na prática, nem por isso deixa de ser a título teórico ou até filosófico, de ser até hoje confrontada com a nostalgia da “democracia dos antigos”, que é mais uma mistificação do que a descrição histórica de factos que realmente aconteceram na idade de ouro da Atenas de Péricles. Donde, a grande dúvida, para alguns autores, sobretudo influenciados com as enormes potencialidade da Revolução Tecnológica, é se a democracia clássica, na qual não há separação entre governados e governantes, poderia ser no nosso tempo recuperada com o mesmo sentido mas suportada com outros instrumentos e práticas tinha sentido na sociedade de massas (Prewitt, 2005). Mas enunciada a questão, passemos para aquele que é o ponto que queremos discutir nesta parte da dissertação e que é o da consolidação da democracia representativa (a possível!). Para tal consideremos as seguintes fases que geralmente aparecem associadas à às dificuldades de instauração e sobretudo de consolidação de um estado democrático, como é o de Timor Leste.

1) Instauração — esta é uma fase de tirania exercida por elementos do povo sobre todos aqueles que tinham sido anteriormente os detentores do poder, ou sobre aqueles que não alinham por completo com as atitudes e com as ideias mais extremistas dos que agora passam a mandar. É uma fase de desordem e de rapina, como é próprio de fases posteriores a revoluções ou a guerras. Legalizam-se os partidos políticos e começam as eleições, muito concorridas, nas quais costumam ganhar os partidos mais extremistas no combate ao regime anteriormente vigente. O sistema educativo e os meios de comunicação social são adaptados às novas ideologias.

2. Competição — Instaurada a democracia, vão-se apaziguando, aparentemente e diplomaticamente, os ódios e as clivagens resultantes dos conflitos entre os seus instauradores e os anteriores detentores do poder, transformando-se em divergências político-ideológicas. Os políticos que ganham as eleições esforçam-se por dar a impressão de melhorarem as condições de vida do seu povo mais eficazmente que os seus opositores, sobretudo nos anos que antecederam as eleições. Os opositores esforçam-se por demonstrar que os que naquele momento detêm o poder fazem pouco pelo progresso do povo e que o prejudicam, que cometem irregularidades diversas e que o melhor que o povo tem a fazer é votar noutro partido — aquele pelo qual fazem propaganda. Não faltam os políticos que só fazem algo de útil aos seus apaniguados, para tentarem conquistar, pela intriga política, os seus opositores, nem faltam os que só fazem algo de útil por estes últimos, para tentarem convencê-los a mudar.

3. Decadência — Na ânsia de conquistar os eleitores, os políticos vão competindo entre si. Esvaziam-se as ideologias partidárias, e a competição ideológica entre os partidos (ganhadores e opositores) cede o lugar à mera competição por lugares de poder, tornando-se frequente a transição de um partido para outro, conforme as conveniências. Como ganha quem conseguir seduzir pela mensagem o povo e assim conquistar mais votos, a autoridade política vai-se desvanecendo e as discussões políticas vão-se tornando em puros exercícios de retórica. O poder vai dando maior crédito àqueles quem consegue impor-se na competitividade. O desemprego vai-se tornando uma situação normal. As manifestações de grupos diversos vão-se sucedendo, nem que seja para reclamar coisas absurdas ou anedóticas. Os valores passam a ser vistos como

contra-valores e vice-versa. O permissivismo vai destronando o respeito, a dignidade e o poder. O descalabro chega quando alguns políticos levam à ruína as finanças públicas, na ânsia de conquistar o povo “a qualquer preço”, deixando para quem vier a assumir o poder posteriormente o pagamento da sempre “exorbitante fatura”. É essa tentativa a responsável pela impopular dos novos ocupantes dos lugares de poder e da sua queda mais ou menos prevista, voltando ao poder aqueles que o haviam deixado. E assim continua o ciclo vicioso do descalabro político da governação! A democracia vai-se tornando o meio de transporte mais rápido para a ingovernação, irresponsabilidade e para a corrupção.

Com a base nestas três fases que sucedem como um “ciclo vicioso” à consolidação da democracia representativa, por um lado, e às reais possibilidade de participação do povo timorense de promover a consolidação da democracia, parece contudo restar a liberdade de expressão enquanto um pressuposto básico da democracia

Quando fala-se sobre o conceito do “governo democrático” em Timor é, sem dúvida, para referir a possibilidade de um conjunto de direitos, liberdade e garantias, das quais deveria necessariamente resultara a participação do povo na política e no governo por forma a consolidar as instituições do Estado, norteando-se sempre pela honestidade, tolerância e justiça social - elementos constitutivos de “reconhecimento” dos valores dos direitos humanos. Por exemplo, em Timor-Leste encontra-se atualmente a implementar um sistema político, baseado nos princípios básicos da democracia de forma progressiva, acompanhada simultaneamente pela a implementação do programa de desenvolvimento económico, pois de fato, não podemos implementar o sistema político com sucesso sem referir o desenvolvimento económico.

Sem desenvolvimento económico, a “real” democracia é apenas um conceito abstrato e, até mesmo, longínquo. Com efeito, a base fundamental da paz é a estabilidade política, o desenvolvimento económico e um sistema político estável. E tudo isto funciona quando a sociedade participa ativamente na processo político de “tomada de decisões”

No contexto de Timor-Leste, o art.º 40 da Constituição da RDTL (2002:42) prevê a garantia da “liberdade de expressão e informação”, que já na 1ª alínea, esclarece que “todas as pessoas têm direito à liberdade de expressão e ao direito de informar e ser informados com isenção; já a segunda alínea refere que o exercício da liberdade de

expressão e de informação não pode ser limitado por qualquer tipo de censura; e a terceira alínea sublinha o exercício dos direitos e das liberdades referidos neste artigo que é regulado por lei com base nos imperativos dos respeito da Constituição e da dignidade da pessoa humana”.

De acordo com Eduardo Cotta (1990), citado por Donatella Della Porta (2003:52), um dos elementos indispensáveis da democracia é a existência de eleições competitivas, justas, livres e recorrentes. Trata-se, portanto, como já ficou enunciado atrás, de eleições em que haja uma competição real entre os candidatos, que sejam também justas e que se repetiram a um ritmo regular (de modo que quem é eleito saiba que deve prestar contas aos eleitores dos seus atos dentro de um determinado período de tempo). E isto porque as eleições devem funcionar como elementos de responsabilização, vinculando os principais atores do governo perante os eleitores, uma vez que a democracia comporta um sistema institucionalizado de representação, traduzido em escolha-responsiveness-accountability.

Por seu lado, Robert Dahl afirma que a característica fundamental das democracias modernas, a que se refere como poliarquias, consiste na capacidade dos governos para satisfazer de forma continuada as preferências dos cidadãos, num cenário de igualdade política. Esta definição contempla um elemento normativa, ao afirmar que a democracia deve ser promover a correspondência necessária entre decisões dos políticos e desejos da população (apud, Della-Porta, 2003:50).

O significado do conceito “democracia” que parece ter um maior acolhimento em Timor-Leste poderia ser formulado, com todas as cautelas devidas, como aquele que sublinha a capacidade do governo em dar oportunidade aos seus cidadãos para que estes possam participar em qualquer atividade política e cívica sem limitações, o que não implica a violação do direito e liberdades de outros cidadãos. Como confirma o art.º 1, alínea 1 da Constituição da RDTL (2002:25): “A República Democrática de Timor Leste é um Estado de direito democrático, soberano, independente e unitário, baseado na vontade popular e no respeito pela dignidade da pessoa humana”.

Neste contexto, a participação da sociedade timorense nas eleições presidenciais em 2002, 2007 e 2012 foi assim uma participação voluntária e de reconhecimento dos princípios formais inerentes do Estado-Nação. A participação ativa de cada cidadão na política acaba por legitimar o estatuto político do Estado Democrático. Por exemplo, no

caso das eleições presidenciais, cada cidadão tem todo o dever e todo direito de escolher um presidente segundo os seus critérios, tendo em conta também em conta a apresentação do programa que o próprio candidato apresenta nas campanhas eleitorais. Por outro lado é preciso referir que o sistema de governo em vigor em Timor-Leste, por inspiração do constitucionalismo português, é um sistema de governo semipresidencialista, tal como se encontra consagrado no artigo 74 da Constituição da RDTL (2002:55) onde se pode ler: “O Presidente da República é o Chefe do Estado, símbolo e garante da independência nacional, da unidade do Estado e do regular funcionamento das instituições democráticas; mais o Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas”, adiantando ainda que o sistema de governo de Timor-Leste é um sistema semi-presidencial (idem: 2002).

A propósito, vale a pena reter algumas considerações sobre o que é o sistema do governo dito “semi-presidencial”<sup>1</sup>. De acordo com Maurice Duverger (1978, 1980), o sistema político semi-presidencial é um sistema no qual o Chefe de Estado é eleito pelo povo, representando assim a legitimidade democrática necessária para exercer os poderes relevantes que a Constituição lhe atribui, e o governo é responsável politicamente perante o parlamento<sup>2</sup>. Num sentido estrito, o parlamento pode, através de uma moção de censura, forçar a demissão do Governo. Difere do parlamentarismo por apresentar um chefe de Estado com prerrogativas que o tornam muito mais do que uma simples figura protocolar ou mediador político; difere, também, do presidencialismo pelo fato de o governo ser responsável perante o parlamento. Assim, Duverger (1970) coloca a problemática da definição do sistema de governo no plano da Constituição. É portanto, a partir desta que Jorge Reis Novais (2007) considera o sistema de governo vigente num determinado país não está vinculado na observação do funcionamento prático dos sistemas, mas sobretudo, no plano da Constituição em vigor.

---

<sup>1</sup> O sistema semipresidencial, a partir do início do século XX, tem sido adotado por várias constituições ocidentais, como França, Portugal, Irlanda, Áustria, Islândia e Polónia (Canotilho, 2003:602).

<sup>2</sup> Diante desta consideração, Manuel de Lucena (1996:835) afirma que o sistema presidencial como um sistema político híbrido em que Maurice Duverger chama semipresidencial, o nome que Manuel de Lucena não gosta aplica-lo no sistema da teoria política. Porém, reconhece que este sistema é bom porque popularmente eleitos, o presidente e o parlamento estão, perante o soberano, num pé de igualdade. Nos EUA, esta igualdade também se verifica porque, pese ao que diz a Constituição, o presidente americano é realmente eleito pelo povo, não ficando a dever o lugar a um colégio de notáveis. Mas, contrariamente ao que sucede em Washington — onde os secretários de Estado não passam de órgãos do presidente —, o presidente «semipresidencial» europeu não é solitário senhor do executivo.

Diante disto, vê-se apropriado no sistema político vigente em Timor-Leste, onde a adoção do semipresidencialismo, pois além de ser um misto de parlamentarismo com presidencialismo, é “um sistema especialmente adequado para países de democratização mais recente, ainda afetados por instabilidades políticas sucessivas e que não completaram integralmente os ciclos do amadurecimento institucional” (Barroso, 2006:27). Neste contexto que precisamente, José Joaquim Gomes Canotilho (2003) apresenta o sistema político semipresidencialismo como uma das particularidades tanto do regime presidencial quanto do parlamentar, segundo o qual este jurista português descreve os elementos principais que caracterizam o sistema semipresidencial português, que o próprio sistema político do Estado Timor-Leste também faz parte. Isto é, todos os traços do regime parlamentar devem ter: i) autonomia do governo, isto é, a “existência de um governo dirigido por um Primeiro-Ministro como órgão de soberania institucional autônomo”; ii) responsabilidade ministerial, pois a “responsabilidade política do governo perante o parlamento é outro dos elementos caracterizadores do regime parlamentar” (Canotilho, 2003:599).

Em torno destas considerações teóricas, podemos dizer que no caso concreto de Timor-Leste, podemos dizer que após a eleição presidencial de 2002, o Presidente da República eleito mostrou o seu desgosto com os partidos políticos, nomeadamente com a FRETILIN, partido do governo. Perguntar-se-á, quais as razões que levam o Presidente da República da RDTL a fazer uma constatação política contra o partido do governo? Procuraremos então enunciar essas razões, estribados mais na prática política do que na política formal. A primeira razão teve a ver liderança política feita Resistência no exterior (diáspora) e no interior do país liderada por Xanana Gusmão; a segunda estava relacionada com a “cooperação deficiente” entre o presidente e o governo, nomeadamente aos assuntos relacionados com a política de implementação ‘facultativa’ da disciplina ‘pedidikan agama’ (disciplina da religião) no ensino básico, não só, mas também a crise de 2006 que abalou Timor-Leste de tal maneira, que não será excessivo que colocou o país “quase” à beira de guerra civil. Para além das relações tensas com a presidência, o governo da FRETILIN foi um governo arrogante que não se preocupava com a condição da vida do povo. Devido a este facto, o presidente decidiu jogar seu papel como mediador, dissolvendo o parlamento.

O líder político não fala na existência da democracia dentro do seu próprio país, porque e talvez, não saiba lidar com os problemas do cotidiano de cada cidadão. É óbvio, este caso encontra-se na personalidade política das lideranças dos partidos políticos destacados em Timor-Leste, percebendo, pois uma lacuna nas tomadas de decisões. Como escreve Moisei Ostrogorski, citado por Balão Sandra Rodrigues (2001:263):

A democracia é o sistema de governo mais perfeito que existe na medida em que não possui nenhum dos pressupostos dos sistemas despóticos. Efetivamente, são as massas que escolhem os seus representantes e os seus líderes, e quando estes não conseguem salvaguardar um cumprimento da vontade daqueles, são substituídos por forma a alterar o prejuízo de que são vítimas, devido a incompetência e á irresponsabilidade, os eleitores que neles votaram .

A propósito disto, Schumpeter, citado por Gianfranco Pasquino (2010:357) afirma que o “método democrático consiste no arranjo institucional necessário para chegar a decisões políticas no qual algumas pessoas alcançam no poder de decidir através de uma competição destinada a obter o voto popular.”

## **1.2. Partidos políticos**

O partido político não é igual como a algumas sociedades civis, mas têm algumas características semelhantes entre eles. Os partidos políticos são considerados os atores fundamentais das democracias representativas,. Uma das definições mais conhecidas do conceito do partido deve-se a Max Weber, segundo o qual por partidos devem entender-se as associações baseada numa adesão formalmente livre, constituídas com objetivo de atribuir aos seus chefes uma posição de poder no seio de um grupo social e aos seus militantes ativas possibilidades ideias ou materiais para a consecução de fins objetivos ou de vantagens pessoais ou de ambos (Della Porta, 2003:149-150)

Já conforme Anthony Downs o partido político é um conjunto de pessoas que procura obter o controlo de aparelho governativo na sequência de eleições regulares (ibidem:150), o que permite inferir que os partidos políticos são máquinas que se dedicam exclusivamente à conquista, exercício e manutenção do poder, através da disputa em eleições democráticas. É através deles que são escolhidos e removidos sucessivamente pelos eleitores os representantes eleitos, num sistema que supõe a existência de responsivness e accountability.

Sigmund Neuman, optando por uma definição mais funcional dos partidos políticos sublinha que estes desempenham funções únicas e insubstituíveis no interior do sistema político. Junto dos eleitores, eles são responsáveis pela sua socialização e educação política, pela sua mobilização eleitoral, pela sua identificação e lealdades ideológicas, programáticas; já do lado do Estado, são eles que permitem o recrutamento dos candidatos às eleições, são eles que organizam as campanhas eleitorais, organização e compõem os órgãos do Poder Político soberano: Parlamento e Governo. A competição partidária não é uma característica fundamental das democracias, mas é um aspeto essencial para examinar o processo de consolidação democrática (Lisi,35.2011). Para este autor, o papel fundamental assumido pelos partidos políticos é estabelecer relações com eleitores e estabilizar os padrões de competição. A estabilidade permite as orientações ideológicas dos partidos sejam maduros.

Depois deste breve excuro pelo conceito de “partido político”, importa agora salientar que, no contexto de Timor-Leste, formaram-se os principais partidos políticos conforme os documentos oficiais do governo português e outros documentos não oficiais nos arquivos portugueses (Fernandes, 2005).

A UDT (União Democrática de Timorese) em 11 de maio de 1974, cujo programa político era seguinte: seu programa político, que começa por defender uma forma federação com Portugal, evoluindo, mais tarde, para o desejo de independência. A UDT, um dominante grupo católico, era formado por Francisco Lopes da Cruz, Cesar da Costa, Mauzinho, João Carrascalão e Mário Carrascalão. A UDT era um partido social democrata, posteriormente caracterizada como partido de ala democrata direita, não alinhando com os partidos políticos de orientação política esquerdista.

Em 20 de maio de 1974 forma-se a ASDT (Associação Social Democrata Timorese), que se transformou em 11 de Setembro de 1974 em Frente Revolucionária

de Timor-Leste Independente (FRETILIN), cujos fundadores foram: Francisco Xavier do Amaral (Proclamador), José Ramos Horta, Nicolau Lobato, Mari Amude Bin Alkatiri e Justino Mota. A FRETILIN no seu primeiro programa político definiu os seguintes como objetivos: “esclarecer os apoiantes sobre as razões por que tinham fracassado as lutas dos seus antepassados pela libertação e reconhecimento da identidade nacional de Timor, consolidar uma ideologia progressista para o desenvolvimento de Timor, sem distinção étnica, de credo religioso, de tendência política, de sexo ou de categoria social; reorganizar as forças necessárias para a defesa do território, de molde a consolidar a sua soberania como Estado-nação; por último, propunha-se ensinar as populações das aldeias a ler e escrever em tétum, a estabelecer um sistema agrícola cooperativo e a promover a identidade cultural local” (Paulino, 2009:22-23).

Sob a égide da Indonésia, em 27 de maio de 1974, surge a APODETI<sup>3</sup> (Associação Popular e Democrática de Timor), cujo programa político era defender a integração de Timor na Indonésia, embora este partido não tivesse apoio popular. KOTA (Klibur Oan Timor Aswain ou os filhos dos Guerreiros da Montanha) foi fundado por alguns filhos de liurais, e tinha como principal objetivo manter a filiação com o partido MPRT da metrópole. O partido trabalhista foi criado em 1974, mas, este partido agrupava apenas oito membros e todos os membros deste partido pertenciam “quase” à mesma família (Mendes, 2005; Gunn, 1999; Horta, 1994).

Duma maneira geral, os partidos políticos timorenses fundados no após 25 de Abril de 1974, foram o resultado da confluência de dificuldades da política portuguesa daquela época, ou seja, os partidos políticos timorenses apareceram como o centro desta turbulência<sup>4</sup>. Não obstante, uma crescente personalização da direção política dos partidos fundados que numa perspectiva tendenciosa o, por si só, representa um sintoma das dificuldades vividas, o facto é que os partidos timorenses daquela época passaram a ser as entidades organizadas em que se estabelece a especialização política e através dos

---

<sup>3</sup> Os fundadores e líderes deste partido eram João Osório Soares, José Martins, Abel Belo e Arnaldo Araújo.

<sup>4</sup> A história dos partidos políticos nos revela que no começo eles foram reprimidos, hostilizados e desprezados, tanto na doutrina como na prática das instituições. Não havia lugar para o partido político na democracia, segundo a doutrina de Rousseau.

quais se materializará função de representação, embora a maturidade política estivesse longe de ser uma realidade no interior destes partidos bem como nas suas ações externas. O que em muito explica o que aconteceu durante a guerra civil entre os timorenses.

Contudo, os partidos políticos timorenses criados em 1975 tiveram um papel muito importante na preparação do futuro de Timor-Leste, embora estes não se entendessem uns aos outros, logo, surgiram os primeiros problemas. Neste caso, há dois casos que devemos aqui considerar. Por um lado, os partidos políticos timorenses daquela época passaram a ter uma importância crucial para a democracia, mas, por outro, existiam riscos sérios que os próprios partidos darem forma a um sistema democrático. Caso estas agremiações tenham uma estrutura oligárquica e sejam controladas por minorias militantes que tomem conta da máquina, ou por minorias vinculadas a grupos econômicos ou a grupos raciais, então haverá uma distorção total dos valores democráticos: embora todos votem, não haverá verdadeira democracia, porque todos acabaram por votar em candidatos que não foram verdadeiramente escolhidos pelo povo, como o caso concreto da criação do governo provisório pelas autoridades de Jakarta em 1976 através o pedido de quatro partidos políticos timorenses (UDT, APODETI, KOTA e Trabalhista) que não representariam o interesse do povo de Timor.

De forma sintética, os partidos políticos referidos surgiram numa situação “emergente”, isto é, as elites locais timorenses estavam ainda numa fase recipiente, ou seja, a forma como poderiam responder ou não a estímulos políticos dependia, em grande parte, do processo de aprendizagem relacionado com a socialização política (Milbrath, 1976:4; obs. Cit. Martins, 2004:209).

A organização política partidária associa-se sempre a um conjunto de princípios básicos e estatutários, estratégias e táticas de atuação e á organização da sua vida interior dos seus membros. Ora aqui, não podemos deixar de constatar a preponderância de um “Normativismo jurídico”, o qual remete mais para o plano da imagem do poder e não para a realidade da sua atuação, facto que nos obriga a pensar sobre a forma como da participação política do cidadão no interior dos partidos políticos se pode inserir no quadro de valores e normas democráticos. Por isso mesmo, o papel dos partidos políticos mais importantes assume, sem dúvida, para a democratização dos sistemas

políticos de um Estado livre e soberano, a função de ‘mediador’ entre o governo e a sociedade. Podendo esta função ser de “fortalecimento ou enfraquecimento do sistema político” (Ranney, 1987:157).

Após o referendun de 30 de Agosto de 1999 até 20 de Maio de 2002, Timor-Leste estava sob a administração da UNTAET<sup>5</sup>, ajudando os timorenses a manifestarem a sua vontade política com a criação dos partidos políticos, cujo objetivo principal era o de consolidar a democracia no território. Assim, surgiram novos partidos políticos, como se pode ver na tabela a seguir.

Tabela 1 – Os partidos políticos que aparecer nas eleições de 2002 <sup>6</sup>

<b>Número</b>	<b>Nome</b>	<b>Sigla</b>
<b>1</b>	FRETILIN	Frente Revolucionário de Timor Independente
<b>2</b>	ASDT	Associação Social Democrata de Timor Leste
<b>3</b>	UDT	União Democrata Timorese
<b>4</b>	APODETI	Associação popular Democrata Timorese
<b>5</b>	KOTA	Klibur Timor Oan Aswain
<b>6</b>	PT	Partido Trabalhista
<b>7</b>	PD	Partido Democrata
<b>8</b>	PSD	Partido Social Democrata
<b>9</b>	PST	Partido Socialista Timorese
<b>10</b>	PNT	Partido Nacionalista Timorese
<b>11</b>	PARENTIL	Partido Republicana Timor Leste
<b>12</b>	PDM	Partido Democrata Maubere
<b>13</b>	UDC	União Democrata Cristão
<b>14</b>	PDC	Partido Democrata Cristão
<b>15</b>	PPT	Partido Povo Timor
<b>16</b>	PL	Partido Liberal

<sup>5</sup> United Nations Transition Administration in East Timor

<sup>6</sup> Fontes: Comissão de Independente Eleições 2001

Seguindo o mapa de apresentação dos partidos políticos criados na era de administração da UNTAET (tabela 1), destacamos já, a data da criação dos partidos referidos de acordo com a nossa observação no terreno, não deixando, porém, de seguir a descrição de Lurdes Carneiro de Sousa (2004). O partido ‘APODETI Pro-Referendum’ é um partido da APODETI renovado<sup>7</sup>, cujo presidente é Frederico Almeida Santos da Costa, com 15 candidatos nacionais e um candidato distrital. Participou na eleição da Assembleia Constituinte com seguintes objetivos programáticos políticos: a) a “timorização” da administração pública; b) o diálogo e a reconciliação; c) a opção por uma economia de mercado; d) relações diplomáticas privilegiadas com a Indonésia e a Austrália, assim como com os países lusófonos; e) uso do português como língua oficial enquanto o Tétum não fosse suficientemente desenvolvido; f) várias propostas sociais contemplando a saúde, a educação e um programa de reabilitação das vítimas das atividades de resistência clandestinas.

PARENTIL (Partido República Nacional de Timor-Leste) foi fundado em 2001, cujo presidente eleito foi o Flaviano Pereira Lopes, apresentando 52 candidatos nacionais para a eleição da Assembleia Constituinte. É um partido composto por jovens e o principal objetivo deste partido foi o de procurar contrabalançar a influência dominante das gerações mais velhas de políticos na vida timorense. Devido a este facto que recusou assinar o Pacto da Unidade nacional.

PD (Partido Democrático) foi fundado em 2001, o presidente eleito foi o Fernando de Araújo. Apresentou 73 candidatos nacionais e 12 candidatos distritais para a eleição da Assembleia Constituinte. Este partido foi certamente a principal supressa das eleições para a Assembleia, pois acabaria por ser o segundo partido mais votado. O partido em si, composto por jovens, oriundos do movimento clandestino RENETIL, com forte ligações os estudantes universitários. O Partido Democrático apresentou-se como um espaço de contestação da liderança política da FRETILIN, reivindicando centralmente uma partilha mais representativa do poder entre as gerações.

PDC (Partido Democrático Cristão) foi fundado em 2000, o seu presidente António Ximenes, com 73 candidatos nacionais e 1 candidato distrital para a eleição da

---

<sup>7</sup> Trata-se de um dos partidos históricos, cujo programa político era integrar Timor-Leste na Indonésia. Após do referêndum tornou-se um partido renovado com o nome “APODETI PRO-REFERENDUM”.

Assembleia Constituinte. Este partido apresentou-se com uma ideologia política promotora dos valores cristãos, posicionando-se contra ao outro partido cristão (UDC) mais à esquerda e manifestando mesmo algumas simpatia pela FRETILIN e pela sua ação de resistência e projeto de independência total.

PDM (Partido Democrático Maubere) foi fundado em 2000, o seu presidente eleito foi o Paulo Sarmiento Pinto. Apresentou 73 candidatos nacionais e 1 candidato distrital para a eleição da Assembleia Constituinte. Este partido não tinha uma política social bem definida, utilizando profusamente a noção de Maubere popularizada pela FRETILIN nos anos setenta para tentar convocar os sentimentos nacionalistas e promover a mobilização eleitoral.

PL (Partido Liberal) foi fundado em 2001, o presidente eleito foi o Armando da Silva, com 32 candidatos nacionais e 5 candidatos distritais. Este partido político tinha uma fraca estratégia política e sociológica, embora dirigido por maioria dos jovens que ficaram ativos nos movimentos clandestinos contra a ocupação indonésia.

PNT (Partido Nacionalista Timorense) foi fundado em 1999, o presidente eleito foi Abílio Araújo e a Aliança Araújo foi escolhido para representar o partido no terreno. Este partido apresentou 48 candidatos nacionais e sem candidato distrital para eleição da Assembleia Constituinte. Este partido articulou-se em torno da conhecida figura do presidente que ocupou o cargo do ministro para os assuntos políticos e a economia no primeiro governo primeira da Portugal, sendo mais tarde expulso do movimento de libertação nacional devido às suas posições pró-indonésia através dos negócios comerciais realizados com empresas da NKRI (Negara Kesatuan Republik Indonésia). O Partido Nacionalista foi imediatamente criado em 1999, antes ainda do referendun, tentando constituir uma alternativa política ao CNRT, sendo um dos dois partidos timorenses com o PARENTIL que não assinou o Pacto de Unidade Nacional atrás referido.

PPT (Partido do Povo de Timor) foi fundado em 2000, o seu presidente eleito foi o Jacob Xavier, com 71 candidatos nacionais e 9 candidatos distritais. Este partido expressou publicamente a sua orientação política de estrutura monárquica, mas, na realidade não seguia esta linha política. Sendo assim, um partido que ficou conhecido pelas declarações inflamadas do seu Presidente, proclamando-se descendente dos reis de Portugal e monarca de Timor-Leste. Isso explica que este partido tenha recolhido

recolheu algum apoio junto dos liurais e das suas famílias extensas, nomeadamente nos distritos de Manufahi e Ainaro.

PSD (Partido Social Democrata) foi fundado em 2000<sup>8</sup>, o presidente eleito foi Mário Veigas Carrascalão, com 74 candidatos nacionais e 11 candidatos distritais. Este partido foi bastante mais conhecido durante o processo de transição, conseguiu captar vários membros dos dois outros grandes partidos históricos, UDT e FRETILIN, suscitando mesmo algumas simpatias, embora não declaradas, dentre algumas figuras importantes da vida política timorense, tais como Xanana Gusmão ou José Ramos Horta. O seu grande apoio externo, tanto entre políticos, partidos e apoios vários de Portugal e da Austrália, contrastava como uma mobilização timorense que, recorrentemente prometida, não se viria a concretizar tanto em expressão eleitoral quanto em apoio social popular.

PST (Partido Socialista de Timor) foi fundado em 1991<sup>9</sup>, o seu presidente eleito viria a ser Pedro dos Mártires da Costa, com 75 candidatos nacionais e 2 candidatos distritais. Este partido procurou concentrar as suas atividades políticas e de campanha eleitoral nas camadas e segmentos populares de apoio tradicional à FRETILIN localizados em Liquiçá, Lospalos, Aileu e Díli. O seu programa político para a sociedade e para o país são dirigidos fundamentalmente à libertação das classes trabalhadoras, obtendo algum apoio nos meios estudantis e nos meios laborais das cooperativas de produção de café. O PST é um partido de ideologia esquerda sob a doutrina de marxismo e leninismo.

UDC/PDC (Partido Democrata Cristão de Timor) foi fundado em 1998, o seu presidente eleito foi Vicente da Silva Guterres, com 74 candidatos nacionais e 3 candidatos distritais. O partido foi fundado em Lisboa por Vicente Guterres, que assumiu ligações claras e de grande proximidade com a Igreja Católica. O programa

---

<sup>8</sup> O PSD foi fundado por Mário Veigas Carrascalão, antigo Governador de Timor durante a administração indonésia em 1982 até 1992 e que tinha sido igualmente um dos principais impulsionadores da União Democrática Timorense (UDT) em 1974.

<sup>9</sup> Este partido foi fundado no princípio dos anos 1990 seguindo princípios de inspiração marxista-leninista. Nasceu sob o estímulo de grupos estudantes e trabalhadores timorenses residentes em várias cidades da indonésia, nomeadamente em Jacarta e Yogyakarta, mobilizados pelos movimentos políticos contra a ditadura suhartiana.

político do partido centrava-se assim na aplicação dos programas sociais católicos, contudo a sua expressão eleitoral acabaria por se situar muito aquém das expectativas geradas pela campanha eleitoral.

### **1.3. Eleições**

São um processo que na democracia representativa consiste na escolha de determinados indivíduos para exercerem o poder soberano, concedido pelo povo através do voto, devendo aqueles, exercerem, assim, o papel de representantes da nação.

Não podemos falar da democracia, sem falarmos de eleições, pois estas são fundamentais para o desenvolvimento de país democrático e respetivos cidadãos, como as eleições legislativas e presidenciais. As eleições quando democráticas devem cumprir certas condições: primeiro lugar, dar oportunidade para que todos os membros dos partidos possam competir na eleição em termos de participação máxima de um povo livre e autónomo; em segundo lugar, as eleições são realizadas periodicamente de acordo com a lei eleitoral; em terceiro lugar, as eleições devem ser inclusivas, isto é, todos os grupos têm igual oportunidade para participar nas eleições; em quarto lugar, as eleições devem ser realizada numa atmosfera totalmente imparcial e independente.

Eleições presidenciais, num sistema de governo semi-presidencial, caracterizem-se pelo facto de serem eleições unipessoais e suprapartidárias. Ou seja, o que está em causa, é a eleição do Chefe de Estado que, independentemente de ter sido filiado partidariamente, ao candidatar-se à Presidência da República é constitucionalmente obrigado a suspender a sua filiação partidária, questão que não se coloca caso se trate de uma candidato independente. Embora não sendo titular do poder executivo, já que este se acha distribuído entre o poder do presidente, o poder do executivo e ainda o poder do legislativo, o Presidente da República tem contudo o poder de decidir sobre a demissão do primeiro-ministro e dissolver o parlamento.

Regressão à centralidade das eleições em geral, a importância da eleição em todas as democracias é atestada pela das batalhas históricas e políticas que acompanharam a universalização progressiva do sufrágio e com o alargamento da democracia política, que tiveram lugar entre o final do século XIX e no início do século

XX, e que testemunham a transição dos regimes parlamentares liberais para uma democracia de massas ou de partidos (Baudouin, 2000:191). Ora, no caso de Timor-leste esta trajetória que leva de regimes não democráticos a regimes democráticos, em contexto de independência ou de subjugação a um a entidade externa, está bem visível nos discursos dos candidatos nas campanhas eleitorais, quer na eleições legislativas quer nas eleições presidenciais (Martins, 2003; Soares, 2011).

No caso de Timor-Leste, de acordo com a Lei Eleitoral do país, os cidadãos de idade igual ou superior 17 anos têm o direito de participar nas eleições, tanto ao nível legislativo bem como ao presidencial, sem pressão nem coação de ninguém. As eleições em Timor-Leste, são organizadas pela Comissão Nacional de Eleição (CNE) de forma profissional e responsável. Compete à Comissão Nacional de Eleições anunciar a data da campanha eleitoral, como se pode ler na Lei n.º 5 /2006 no art.º 8 e também na Constituição da República Democrática de Timor-Leste. art.º 65. Alínea 3, na Lei 6/2006; Lei para o Parlamento Nacional, lei 7/2006 e na Lei para a Eleição para Presidente da República (Regulamento STAE/III/2007).

Em todo o caso, as Eleições Presidenciais de 9 de Abril de 2007, realizadas em Timor-Leste, que foram primeiras eleições realizadas a nível nacional, desde a restauração da independência do território em 20 de Maio de 2002, foram classificadas na generalidade como um passo importante no processo de construção da nação. As eleições tiveram uma participação elevada dos eleitores foram globalmente pacíficas e conduzidas sem grandes problemas pelas autoridades timorenses, apesar das dificuldades colocadas no terreno e pelos desafios logísticos. As eleições decorreram um ano após a mais grave crise interna que a jovem nação atravessou até ao momento e o seu êxito ajudou a dissipar as incertezas institucionais que resultaram de tal crise. Estas eleições e as eleições legislativas que se lhes seguirão constituíram um passo indispensável para que as instituições democráticas se tornassem mais fortes e responsáveis (MOEUE, 2007).

Apresentaram-se a esta eleição oito candidatos presidenciais, como podemos ver na tabela a seguir.

Tabela 2 - Os candidatos Presidenciais 2007<sup>10</sup>

<b>Nº</b>	<b>Os candidatos</b>	<b>Os partidos/coligação</b>
<b>1</b>	Francisco Guterres (Lu-lo)	FRETILIN
<b>2</b>	Ramos Horta	Independente
<b>3</b>	Francisco Xavier do Amaral	ASDT/ PDRT
<b>4</b>	Fernando de Araújo (Lasama)	PD
<b>5</b>	Manuel Tilman	AD/KOTA e PPT
<b>6</b>	Lúcia Maria Brandão Lobato	PSD
<b>7</b>	Avelino da Silva Coelho	PST
<b>8</b>	João Veigas Carrascalão	UDT

Os candidatos referidos na tabela 2 apresentaram a sua candidatura a título individual e não como representantes de partidos políticos, embora todos fossem apoiados por partidos. O presidente Xanana Gusmão não concorreu a um segundo mandato, mas criou um novo partido, o Congresso Nacional para a Reconstrução Timorense (CNRT), que atualmente está no governo. A disputa presidencial viu-se envolvida em questões de política partidária, em resultado do aparecimento de novas coligações e de diferendos em torno dos símbolos partidários que atravessaram o debate pré-eleitoral (MOEUE, 2007). É necessário salientar que entre 8 candidatos supracitados na tabela 2, só dois candidatos (o da UDT e o do PST) não tinham representantes no Parlamento Nacional, porque não recolheram votos suficientes.

---

<sup>10</sup> Fontes: Comissão Nacional de Eleição de 2007

Tabela 3 - Os candidatos Presidenciais 2012

Nº	Os candidatos	Os partidos/coligação
1	Francisco Guterres (Lu-lo)	FRETILIN
2	Ramos Horta	Independente
3	Francisco Xavier do Amaral	ASDT/ PDRT (não conseguiu chegar até as urnas, porque faleceu antes da eleição)
4	Fernando de Araújo (Lasama)	PD
5	Manuel Tilman	AD/KOTA e PPT
6	José Luís Guterres	FRETILIN- MUDANÇA
7	Abílio de Araújo	PNT
8	Maria do Céu da Silva Lopes	Independente
9	Francisco Gomes	Partido Aileba
10	Lucas Da Costa	Independente
11	Rogério Lobato	Independente
12	Taur Matan Ruak	Independente (apoiado por Partido CNRT)
13	Angelita Pires Maria Francisca Pires	Independente

No âmbito do número de candidatos na tabela acima referida, vale a pena salientar que, ao longo de 10 anos, a evolução do processo de democratização em Timor-Leste tem aumentado significativamente, tanto no aspeto de participação dos timorenses bem como na concorrência política entre um maior número de cidadãos “apoiados” em partidos políticos<sup>11</sup>. Do modo geral, os candidatos referidos (ver tabela

<sup>11</sup> Estamos usar a expressão “cidadão ativo” é para referir os cidadãos que têm algumas capacidades para entrar na corrida política. Neste caso, refere-se aos candidatos independentes, tais como Angelita Maria Francisca Pires, Maria do Céu da Silva Lopes, Lucas Costa.

3) apresentaram a sua candidatura a título individual e não como representantes de partidos políticos, embora todos fossem apoiados por partidos. O atual Primeiro-ministro Xanana Gusmão como o seu partido CNRT (Congresso Nacional Reconstrução Timorense) que na eleição presidencial 2007 apoia o atual Presidente Ramos Horta, mas na eleição presidencial de 2012 o seu lugar será ocupado por Taur Matan Ruak com o apoio do partido Congresso Nacional para a Reconstrução Timorense (CNRT), que atualmente está no governo.

## **2. A campanha eleitoral, os discursos dos candidatos e programas políticos e eleitorais**

### **2.1.1. A campanha eleitoral**

A campanha eleitoral é um instrumento para os partidos políticos apresentarem os seus programas políticos aos eleitores e mobilizarem os eleitores ao voto. Na primeira eleição presidencial que ocorreu no país em 2002, a campanha eleitoral contrapôs apenas 2 candidatos, o que significa que a campanha não foi particularmente competitiva, centrando-se na situação política sobre o processo de democratização em Timor-Leste.

As demais eleições legislativas em Timor-Leste, e que se encontram contempladas neste estudo, nomeadamente as eleições presidenciais de 2007 e 2012 já foram bastante disputadas entre candidatos e partidos políticos apoiantes. Estas campanhas eleitorais foram realizadas através dos média (televisão, rádio e jornais) para que os leitores pudessem conhecer os programas políticos dos candidatos (ou muito próximos dos partidos apoiantes dos partidos políticos). Contudo, as campanhas políticas longe de centrarem em temas políticos substantivos centraram-se antes nas questões ligadas com a personalização da vida política, mas sobretudo com a humanização dos candidatos às eleições dos candidatos questões como a performance nas ruas, comícios e nos media, os discursos em torno do percurso de vida sofrido e em prol de Timor-Leste com a reciprocidade com a grande acolhimento juntamente dos cidadãos eleitores. Tratou-se, em termos comunicativos, diretos e indiretos, da aposta em estratégias de ‘contar a história’, ou seja, a história de luta que os candidatos

atravessaram no seu percurso de vida, pondo-se de lado ou pelo menos secundarizado o papel das ideologias, das ideias políticas, dos projetos políticos de médio e longo tempo para Timor-Leste.

### **2.1. 2. A campanha eleitoral de 2002**

As campanhas eleitorais desempenham funções importantes nos regimes democráticos (Lisi,2011.167), porque é através destas que a escolha dos representantes para os cargos públicos é realizada, para lá da sua legitimação e do controlo da sua atuação política. É ainda através das eleições que tem lugar os fluxos de informação entre os políticos, meios de comunicação e os eleitores.

AS campanhas eleitorais têm inclusivamente a assumir uma importância crescente no contexto da democracias, desde das democracias parlamentares, passando pelas democracias de massas, até à atuais democracias de audiências (Negrine et al,2007; Stroback 2007, citado com Lisi,2011). De acordo com esta perspectiva, as campanhas eleitorais em Timor-Leste tem acompanhado muito dessas transformações como respostas dos atores políticos e dos candidatos a mudanças crescentes ocorridas na sociedade, na política e na tecnologia, e que de alguma forma relatam o desenvolvimento deste pequeno país num curto espaço de tempo.

A Agência Noticiosa Lusa (10/04/2002) confirmou que a eleição presidencial de 2002, em Timor-Leste, contou com mais de 2100 observadores de 43 países, representando um total de 111 organizações timorenses e internacionais. O voto presidencial foi acompanhado igualmente por um total de 33 observadores portugueses - 30 da missão de Portugal em Díli e três integrados na missão da União Europeia. Portugal é o quinto país em número de observadores. O Brasil, com sete observadores, Moçambique com seis e São Tomé e Príncipe com um, garantindo assim uma participação de membros da CPLP no processo eleitoral.

O país com uma representação mais numerosa, a Austrália (com 59 observadores), seguida do Japão (41) e dos EUA, com 40. A Indonésia enviou para Timor-Leste um total de 17 observadores, participando ainda 11 do Reino Unido, dez das Filipinas, seis da Holanda e cinco da Irlanda e Nepal.

A nível governamental estariam em Timor-Leste, missões oficiais da Austrália, Brasil, União Europeia, Nova Zelândia, África do Sul, Portugal, EUA, Inglaterra, Canadá, Japão, Moçambique, Indonésia e Irlanda. No que se refere a organizações internacionais, os EUA foram o país com mais participações, devendo acompanhar o sufrágio observadores do Instituto Nacional Democrático, do Instituto Internacional Republicano, da Fundação para a Ásia, do Centro Carter da Fundação Internacional para os Sistemas Eleitorais. Participam ainda a Associação Timorense de Osaka e a Inter Band (Japão), CPLP, Cáritas, OXFAM e Comissão Internacional de Juristas, da Austrália, e ainda duas estruturas sedeadas em Timor-Leste, a Federação Internacional por Timor-Leste e a Comunidade Edmund Rice.

### **2.1.3. A campanha eleitoral presidencial de 2007**

A campanha presidencial de 2007 decorreu entre 23 de Março a 4 de Abril. A propósito desta campanha presidencial (incluindo a das legislativas), a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia (2007a) relatou que a campanha eleitoral durou 15 dias para as duas votações presidenciais, e 30 dias no caso das eleições parlamentares. No período da campanha houve um período chamado “período de silêncio”, onde se deu oportunidade aos eleitores a refletirem sobre o ato de escolha com consciência. Na votação presidencial, nomeadamente na segunda volta, foram detectadas algumas atividades de baixa intensidade, da campanha eleitoral. Também na campanha da eleição parlamentar de 2007, registaram-se incidentes menores, como relatou MOE EU, enquanto as perturbações da ordem e a intimidação foram registradas em 4,7% dos casos. É necessário salientar que cerca de 2080 observadores acompanharam a primeira etapa das eleições presidenciais de 2007. Além dos 1,9 mil observadores indicados por mais de 50 organizações locais, encontravam-se no país 180 observadores internacionais de 20 países, incluindo delegação brasileira que integrava missão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A presença da polícia nas campanhas eleitorais, quer da presidencial, quer da legislativa, justifica-se o sentido de reduzir o nível dos confrontos entre os simpatizantes do partido A e B, ou seja, entre simpatizantes dos candidatos A e B.

Embora com poucas exceções, os candidatos presidenciais e parlamentares em Timor-Leste e os seus simpatizantes puderam exercer os seus direitos de liberdade de expressão, associação, reunião e movimento, segundo os princípios internacionais, e apesar de alguns episódios limitados, houve ainda assim, em alguns casos, alguns episódios sérios de intimidação e violência. Os incidentes mais sérios da campanha eleitoral, que resultaram em mortes, ocorreram antes das eleições parlamentares em Viqueque, no dia 3 de Junho, quando um membro da comitiva do CNRT foi morto por um agente policial que não estava em serviço. Uma pessoa da região também foi morta, pouco depois, quando participava numa barricada. Aliás, outra pessoa ainda morreu ao ser atropelada por um veículo da UNPOL em Díli, no dia 27 de Junho, pouco depois do comício de encerramento da campanha da FRETILIN. Durante a campanha episódios violentos ocorreram envolvendo facções políticas em confronto, casos de incêndios, se bem que às vezes não podia detectar-se uma ligação direta com o processo eleitoral em curso (MOEUE, 2007a).

Num documento da MOEUE relata-se que os candidatos e partidos realizaram encontros comunitários a nível local, onde os candidatos se apresentavam pessoalmente, e também os seus programas políticos, a pequenos grupos de votantes potenciais. Todos os partidos realizaram igualmente campanhas de porta a porta, de cariz tradicional de comunicação direta. Em alguns casos, esta forma de campanha degenerou em incidentes de intimidação contra os votantes. Especialmente durante as eleições presidenciais, vários grupos treinados em artes marciais participaram neste tipo de intimidação. No país existem entre 15 e 20 grandes grupos de artes marciais, com um número estimado de membros inscritos que chegariam a 20.000, além de algumas organizações terem membros nos 13 distritos, e estarem organizadas de forma hierárquica. Os seus membros são principalmente homens jovens com um elevado sentido de marginalização devido ao desemprego, aos problemas de segurança e falta de acesso à educação. Muitos partidos não ocultam as suas ligações com estas grupos mantidos auto-excluídos e em situação de marginalização. A consequência da intervenção desses grupos, cujos contornos não é claro, acabou em casos limitados alguns candidatos e partidos apoiantes preferirem por não desenvolverem em ações de campanha eleitoral em zonas ou áreas consideradas hostis ou sabiam que os potenciais eleitores ou mesmo simpatizantes eram reduzido número; tudo para evitar distúrbios violentos que pusessem em causa o bom

andamento da campanha eleitoral.

Quanto aos principais temas destacados pelos candidatos na sua campanha eleitoral para a Presidência destacam-se, singularmente, dois: o sofrimento pessoal e reconhecimento do seu papel na independência do país. Estes dois temas consubstanciam uma narrativa personalista, sedutora e emotiva, em que os candidatos procuram ir buscar critérios de legitimação do seu discurso de ocupação d poder (Seixas 2006:338, Hohe,75). Recorde-se que, em 2005, diante do projeto do governo anterior (FRETILIN) no que se refere a tornar o ensino religioso uma disciplina optativa, a alta hierarquia Igreja Católica em Timor Leste apresenta a sua instituição como a verdadeira depositária do martírio da população timorense durante a ocupação indonésia.

No processo de realização da campanha eleitoral, a Comissão Nacional da Eleição (CNE) apela à calma aos simpatizantes dos candidatos presidenciais. Este apelo foi lançado a propósito de que o candidato independente, José Ramos Horta apedrejado em campanha em Viqueque. O porta-voz da Comissão Nacional de Eleições (CNE) de Timor-Leste disse à Agência Lusa que 20 apoiantes do candidato presidencial José Ramos-Horta ficaram feridos após serem apedrejados numa ação de campanha em Viqueque, 220 quilómetros de Díli. De acordo com o porta-voz CNE (Comissão Nacional de Eleições) Martinho Gusmão, mais 20 pessoas feridas em Viqueque, algumas foram hospitalizadas e quatro foram feridas com gravidade.

O mesmo sucedeu também aos simpatizantes do candidato Francisco Guterres, do partido da FRETILIN, que foram apedrejados e cuja sede da FRETILIN na vila de Liquiçá, a 34 quilómetros de Díli, foi apedrejada, não se registando, porém, feridos.

A CNE reconheceu estes incidentes, contudo, o porta-voz disse que o processo eleitoral não estava posto em causa, acrescentando assim que: “Não podem dramatizar. Lamentamos o que aconteceu, mas estes casos não vão impedir todo o processo”. A estes incidentes, a CNE fez um novo apelo aos oito candidatos presidenciais para que controlassem os seus apoiantes, com a seguinte mensagem: “Vamos mandar uma carta de repreensão a todos os candidatos para tomarem conta dos seus apoiantes, para que não se repitam os incidentes que se registaram esta semana” (Lusa, 30/03/2007).

Finn Reske-Nielsen, Vice-Representante especial do secretário-geral da ONU, em Timor-Leste, declarou que o recenseamento eleitoral em 2007 “superou as expectativas”, pois encontravam-se registados mais cerca de 500.000 eleitores. Também

Finn Reske-Nielsen e chefe da missão internacional (UNMIT), bem como Atul Khare referiram que o processo eleitoral não estava posto em causa por questões logísticas, processuais ou de segurança. Na eleição presidencial de 2007, existiram de 504 mesas de votos, 71 seriam de acesso muito difícil e 34 não poderiam ser atingidas por terra. A este facto, a UNMIT disponibilizou o seu total apoio na entrega de material eleitoral nos distritos, incluindo nas áreas menos acessíveis. A eleição foi acompanhada por mais de mil observadores timorenses e por cerca de 100 observadores internacionais, cuja formação era assegurada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Enquanto ao uso da bandeira no boletim de voto, a direção da FRETILIN criticou severamente a decisão tomada por quatro candidatos presidenciais<sup>12</sup> em usarem a bandeira nacional como símbolo da sua candidatura às eleições presidenciais que decorreram no dia 9 de Abril de 2007. Tal crítica foi lançada por Filomeno Aleixo (um escalão superior da FRETILIN), afirmando que usar a bandeira nacional desta maneira é um ato desonesto e perigoso, pois, uma vez que, os candidatos, ou são candidatos independentes, ou então, são candidatos propostos pelos respetivos partidos. Acrescentando que “o uso da bandeira nacional no boletim de voto é uma tentativa deliberada de enganar o eleitorado quando se sabe que há mais de 50% de analfabetos. Quatro candidatos levarão o mesmo símbolo no mesmo boletim de voto sendo assim difícil de distingui-los”. O Tribunal de Recurso decidiu, porém, o uso da bandeira no boletim de voto não era ilegal (Eleições Presidenciais 2007 em 30 de março).

#### **2.1.4. A campanha eleitoral presidencial de 2012**

Ao longo da campanha eleitoral, ouvimos os discursos retóricos que os candidatos utilizam eram predominantemente sobre o combate à pobreza, a unidade

---

<sup>12</sup> Os quatro candidatos que decidiram usar a bandeira nacional como símbolo da sua candidatura são seguintes: Ramos Horta (candidato independente), Avelino Coelho (PST), Lúcia Lobato (PSD) e Xavier do Amaral (ASDT). O candidato da FRETILIN, Francisco Guterres “Lu-Olo” usou a bandeira da FRETILIN como símbolo da sua candidatura.

nacional e o desenvolvimento nacional, que até hoje, ainda está longe a ser resolvido pelo Governo da Aliança Maioria Parlamentar, liderado por Xanana Gusmão.

Enquanto o atual Presidente José Ramos Horta se recandidatou ao cargo mais alto do país, cuja política promocional que visava para o fim das pensões vitalícias aos membros do governo e parlamentares. Taur Matan Ruak, por seu lado, afirmava que se fosse eleito, iria aplicar o serviço militar obrigatório aos jovens, desde que estes tivesse 18 anos. Embora ter sido criticado pelo seu adversário, Taur Matan Ruak, conseguiu manter a sua popularidade nas camadas dos jovens. Percebendo-se, pois, que a sua estratégica política passava pois por transferir de imediato o poder nas mãos da velha geração para a nova geração; mas, seria possível aplicá-la?

O Francisco Guterres, aliás, Lu-Olo, apoiado pela FRETILIN, conseguiu entrar na corrida de segunda volta, ao lado do seu rival Ramos Horta na eleição de 2007, mas não ganhou. Na eleição presidencial de 2012, conseguiu chegar à segunda volta, mas foi derrotado pelo candidato Taur Matan Ruak<sup>13</sup>.

Fernando de Araújo La Sama<sup>14</sup> mobilizou sempre a máquina partidária e, na sua volta da campanha, definia-se os objetivos fundamentais do Estado, como cumprir as leis consagradas na Constituição da RDTL do artigo 6.º sobre objetivos de Estado (Constituição RDTL,2002). Aí pode ler-se, o Estado tem como objetivos fundamentais: Defender e garantir a soberania do país; promover os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático; defender e garantir a democracia política e a participação popular na resolução dos problemas nacionais; garantir o desenvolvimento da economia e o progresso da ciência e da técnica; promover a edificação de uma sociedade com base na justiça social, criando o bem-estar material e espiritual dos cidadãos; proteger o meio ambiente e preservar os recursos naturais; afirmar e valorizar a personalidade e o património cultural do povo timorense; promover o estabelecimento e o desenvolvimento de relações de amizade e cooperação entre todos os povos e Estados; promover o desenvolvimento harmonioso e integrado dos

---

<sup>13</sup> Na segunda volta, Francisco Guterres, foi apoiado por outros candidatos derrotados na primeira volta, como Rogério Lobato, Angelita Pires, Manuel Tilman, Francisco Xavier Amaral; enquanto Taur Matan Ruak, foi apoiado pelo partido CNRT e respetivos militantes do partido PD e apoiantes de Ramos Horta.

<sup>14</sup> Atual presidente Parlamento Nacional e o candidato do Partido Democrático

setores e regiões e a justa repartição do produto nacional; criar, promover e garantir a efetiva igualdade de oportunidades entre a mulher e o homem.

## **2.2. Discursos dos candidatos**

Não conseguimos ter acesso e reunir os discursos dos candidatos das eleições presidenciais de 2002 e, por esta razão, fazemos uma solta apresentação que diz respeito aos dois candidatos (Xanana Gusmão e Francisco Xavier do Amaral). Como bem sabe que, Francisco Xavier do Amaral foi o primeiro presidente da ASDT/FRETILIN e primeiro presidente da RDTL proclamada em 28 de Novembro de 1975. Este candidato, no seu ideário político definia uma linha política que passava por assegurar a soberania do Estado Timorense e a manutenção da ordem pública e o direito universal de todo o povo de Timor. Enquanto Xanana Gusmão, na sua linha política, deixa transparecer uma visão mais ampla sobre o processo de consolidação do Estado recém-criado através dos setores de desenvolvimento como a educação, a saúde e o desenvolvimento económico do país, procurando estabelecer uma política bilateral com todas as legalidades democráticas de acordo com o direito internacional.

A interpretação intimidatória e os discursos incendiários por parte de candidatos e partidos políticos durante as campanhas, desenterraram antigos conflitos e divisões étnicas ou simpatias políticas, que pareciam ressuscitar os fantasmas da crise de Abril e Maio de 2006. Alegações de irregularidades foram feitas por todas as partes, mas não sempre com o respaldo de provas convincentes. Isto conduziu uma violação do Código de Conduta para Candidatos à Presidência de Timor-Leste, e do Acordo entre Partidos Políticos para as Eleições Parlamentares. A MOE UE observou que a intervenção da CNE para pôr fim às campanhas negativas foi bastante discreta. A CNE só censurou publicamente as palavras de Mari Alkatiri contra o Presidente Gusmão e o candidato presidencial José Ramos Horta, por ter infringido o código de conduta durante a segunda votação das eleições presidenciais, deixando de lado outros casos durante as eleições presidenciais e parlamentares.

O general e antigo chefe das Forças Armadas de Timor-Leste, após ter apresentado a sua candidatura a eleição presidencial a 8 de Fevereiro de 2012, afirmou

que “Acredito nos jovens que estão aqui” (Lusa, 3/3/2012) e a sua candidatura é por “amor ao país”. Por isso, apelou firmemente “Uluk ho imi fakar ran ba Ukun-an, fila fali ho imi hisik kosar hodi moris diak<sup>15</sup>”.

Na primeira volta, em 17 de março de 2012, o Ex. chefe das forças armadas Taur Matan Ruak recebeu o apoio atual primeiro-ministro Xanana Gusmão; e, por isso, ficou no segundo lugar. Foi uma pequena margem que o separa do candidato da FRETILIN, Francisco Guterres. O resultado divulgado pelo secretariado da Técnica de Administração eleitoral de Timor-Leste regista que Taur Matan Ruak obteve 62 % dos votos contra Francisco Guterres Lu-Olo com 38 %.

Em declarações ao público, o observador eleitoral alertava para o fato de não haver uma possibilidade para fazer uma nova contagem a partir deste resultado, porque não há sondagens nem números sobre nível de participação e também o dia eleitoral correu tranquilamente, apenas com incidentes menores que em nada perturbaram votação (Taur Matan Ruak no Jornal Timor Hau Nia Doben, 16 de Abril de 2012)

Depois da eleição da segunda volta, Taur Matan Ruak, declarou que está pronto para assumir o cargo Presidente da República, dizendo que “As minhas primeiras palavras vêm do fundo o meu coração e dirige-se ao nosso querido povo de Timor-Leste, souberam mostrar ao mundo que, com o vosso civismo, disciplina e empenho, estamos prontos assumir a responsabilidade sobre o nosso futuro, e como muito humildade que vos anuncio que aceito a responsabilidade que me atribuíram, através do voto livre e democrático” (Taur Matan Ruak, no jornal Timor hau nia Doben, 18 de abril de 2012). Felicitando, ao mesmo tempo, o candidato derrotado nos seguintes termos: “Quero dirigir uma palavra muito especial ao meu irmão e companheiro Lu-Olo, a postura que assumi-o ao longo de toda a campanha exemplar e digna aos militantes dos FRETILIN desejo dizer que ninguém será excluído e o nosso país precisa de todos os timorenses. Ele também dar uma coragem enquanto cidadão responsáveis os militantes da FRETILIN honra o partido que merece todo o respeito” (Taur Matan Ruak ibidem, 18 de abril de 2012).

---

<sup>15</sup> “Estive convosco ontem na Luta pela independência, hoje, venho junto de vós para desenvolver os bens estar”.

No seu discurso, o futuro presidente de Timor-Leste agradeceu a todas as organizações, partidos e individuais que colaboraram na sua candidatura presidência e ao secretariado técnico da administração eleitoral e ainda à comissão nacional das eleições. Provaram a todos que – disse ele – “temos a vontade política e a competência para realizar um ato eleitoral democrático, livre e justo”; não deixando, porém, de agradecer os observadores eleitorais e comunicação social internacional: “através de vós que o mundo toma conhecimento do ambiente pacífico ela enorme maturidade com que foi realidade este ato eleitoral”, adiantando que “Estou convicto todos os cidadãos compartilham comigo um agradecimento profundo pelo nobre, competente e muito digno serviço que prestou à pátria que eu continuarei a contar com o apoio, e para levar o país para frente é preciso participação dos cidadãos timorenses” (Taur, ibidem, 18 de abril de 2012).

### **2.3. Programas dos candidatos**

O candidato Francisco Guterres no seu programa político defendeu não só laços de amizade com a CPLP mas também procurou consolidar e aprofundar as políticas bilaterais com país vizinhos, como a Indonésia e Austrália, com o fim de manter a estabilidade da região. Dando-se especial atenção às principais áreas como a saúde e a educação, pois, considerando-as como prioritárias.

O candidato Taur Matan Ruak, no seu ideário político, defendeu que os jovens timorenses que completam 18 anos de idade têm obrigação de cumprir o serviço militar obrigatório, focalizando-se mais a sua orientação política para a unidade nacional, desenvolvimento económico, combate à pobreza, à educação, à criação de emprego e estabelecer a transição da liderança aos jovens. Como ele próprio declarou na campanha: “Liderei umas transições bem-sucedidas nas forças armadas e estou determinado liderar a nova transição no nosso país e acredito nos jovens estão aqui, e nos outros que nos próximos anos estejam em condições para liderar o nosso país. O futuro começa hoje quando ele começa visita a vários locais em Timor Leste, porque dar três pedidos prosperidades, grandes mudanças e transição geracional” (Taur, em 9 de fevereiro de 2012).

Afirmando ainda que com um pensamento estratégico pode fazer uma orientação política para o desenvolvimento do país nos próximos 20 anos com uma liderança forte e responsável; criar o aparelho do Estado com a máxima descentralização do poder, no mérito e na competência, sobretudo, a política de boa governação (prevenir a corrupção, gerir dos bens públicos e a revisão da lei das pensões vitalícias).

Para a área de educação, o candidato sugeriu que o sistema educativo desde ensino técnico profissional e universitário, equidade na distribuição de bolsas de estudo, formação de professores primários e melhoria a qualidade de ensino através da preparação dos quadros qualificados. Na área de desenvolvimento, ele afirmou que é preciso combater a dependência económica do petróleo, diversificando o tecido económico, com a aceleração do processo desenvolvimento do setor produtivo; por exemplo, primário, secundário e terciário, de modo a poder revitalização o mercado de emprego, formação dos recursos humanos. Dando-se também a atenção ao controlo dos projetos públicos financiados pelo Estado. Defendendo também o direito dos proprietários de terras perante a justiça social. Género e igualdade devem ser baseados no mérito e na competência que desenhar-se perante nós e um caminho de muito trabalho, como revela o candidato: “Porque estou convicto que num trabalho de boa coordenação e respeito com os restantes órgãos de soberania conseguiremos dar resposta às grandes questões que se colocam a Timor Leste para o retirar definitivamente das listas internacionais de país pobre, de país frágil e de outros tantos adjetivos negativos”. Adiantando que “Quando as visitas que realizei de Outubro de 2011 a Fevereiro de 2012 por todo o país, permite-me dizer hoje que a nossa população está cansada do negativismo. Olhou-me como uma força de inspiração para um novo Timor-Leste porque sei que é possível olhar para o futuro, trabalhar por um futuro positivo, de esperança, de mudança. Timor-Leste tem todas as condições para se tornar um país Forte, Rico e Seguro. Princípios e Valores da minha candidatura são os mesmos do nosso povo: honestidade, integridade, participação, cidadania e responsabilidade” (Taur, *ibidem*).

## 2. 4. Perfis dos candidatos

Xanana Gusmão, nasceu em Manatuto, no dia 20 de junho de 1946. Ele estudou na escola da Missão Católica dirigida pelos jesuítas. Por causa de dificuldades económicas, deixou o colégio, em 1965, com a idade de 19 anos. Entretanto, foi naquele ano que conheceu a Emília Baptista, de seguida, casou-se com ela no registo civil de Díli e teve dois filhos (Zenilda e Eugénio). Em 1966, ele passou a ter um emprego com a ideia de que pudesse voltar a estudar. Trabalhou durante três anos no exército militar português. Foi comandante dos guerrilheiros e presidente do CNRM; foi capturado e preso em 1992; foi visitado pelo presidente da África do Sul, Nelson Mandela; Nomeou a si mesmo como presidente do CNRT e foi libertado após do referendo de Setembro de 1999<sup>16</sup>. Daquele ano, recebeu o prémio outorgado com o Sakharov para a liberdade de pensamento; e, pela sua coragem e liderança para a independência do povo de Timor Leste, em 2000, foi galardoado com o prémio da Paz de Sydney.

Xanana foi convidado para governar junto administração da ONU até 2002. Durante este tempo promoveu campanhas da unidade nacional e paz para Timor-Leste; foi eleito presidente em 2002. Também no mesmo ano de 2000 foi juntamente com D. Ximenes Belo e José Ramos Horta, recebeu como doutor (honoris causa) pela Universidade do Porto por proposta da respetiva Faculdade de Letras). Atualmente, Xanana está casada com Kristy Sword que conheceu na prisão. O fruto de seu casamento com esta mulher deu três filhos: Alexandre, Kay Olok e Daniel.

Francisco Xavier do Amaral, nasceu em 1937, em Turiscai, do distrito de Manufahi. Foi fundador da ASDT, proclamador e primeiro presidente da RDTL. Com a invasão da Indonésia, ele refugiou-se nas montanhas e foi condenado pelos companheiros da Resistência em 1978, acusando-o como traidor da pátria e, alguns meses mais tarde, foi capturado pelos militares indonésios.

---

<sup>16</sup> A propósito dos cargos ocupados por Xanana Gusmão, devemos dizer que quando Indonésia invadiu Timor Leste, ele estava a visitar alguns seus amigos nos arredores de Díli e observava a invasão nas colinas. No dia seguinte, refugiou-se junto da família. Durante ocupação indonésia, ele dedicou-se o seu inteiro tempo a atividades política relacionada com a política de Resistência.

Manuel Tilman, nasceu em Aeliu. Professor, advogado, secretario geral do partido KOTA e foi deputado da PSD na Assembleia da República Portuguesa e em Macau, pertence à direção do CNRT na Convenção da Peniche.

José Manuel Ramos Horta, nasceu em Díli, a 26 de Dezembro de 1949. Filho de um pai Português exilado em Timor. Enquanto a vida privada, Horta casou com Ana Pessoa Pinto. O fruto deste casamento nasceu Loro Horta. Ramos Horta tirou o seu estudo na missão católica de Soibada e distrito Manatuto. Fundador da FRETILIN, e foi Ministro das Relações Exteriores em 1975. Foi concedido o Prémio Nobel da Paz em 1996; ocupou cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros no período de transição da UNTAET e no primeiro governo constitucional liderado pelo Mari Alkatiri; Foi empossado ao cargo do primeiro-ministro em 2006 e presidente da RDTL (2007-2012).

Avelino Maria Coelho, nasceu em 1963, no sub-distrito de Laclubar do distrito de Manatuto. Depois da ocupação indonésia, ele envolveu-se na política da Frente clandestina e formou-se Relações Internacionais e Direito, atual presidente partido PST.

Lúcia Maria Brandão de Freitas Lobato, nasceu em Bazartete, a 7 de Novembro de 1965, está casada com Américo, tem 3 filhos. Licenciou-se em Direito Internacional pela Universidade de Airlangga (1996-1999), em Surabaya, Indonésia. Fez o mestrado em Direito na mesma Universidade. Foi quadros da RENETIL e conselheira de Xanana Gusmão em Jakarta. Em 2000 até 2005, ocupou o cargo como advocacia e consultaria jurídica, lecionou também a disciplina do direito na Universidade de Díli. Foi membro da comissão judicial e do Gabinete do Ministro da Justiça da UNTAET; deputada do Parlamento pelo Partido Social Democrata (2002 a 2007).

Francisco Guterres Lu-Olo, nasceu em 1955, no Ossú. Em 1976 foi nomeado vice-secretário da zona costeira leste (em Matebian), e, nas duas décadas seguintes, ocupou diferentes cargos na resistência armada timorense. Em 1997, assumiu o cargo de secretário da comissão diretiva da FRETILIN. Após a morte de Konis Santana e, no mesmo ano, foi criado o Conselho Nacional da Resistência Timorense, onde ocupou vários cargos. Presidente da FRETILIN, desde 1998 até presente data, presidente do Parlamento Nacional em 2002 a 2007.

João Viegas Carrascalão, nasceu em Liquiçá, a 11 de Agosto de 1945. Era filho de português deportado, estudou Topografia e Agrimensura em Luanda e especialização em Cartografia na Suíça. Foi um fundador da UDT e exilou-se na Austrália.

Fernando de Araújo, aliás “La Sama”, nasceu em Manutasi (Ainaro) em 1964, foi um dos fundadores da RENETIL e fundador do PD. Em 1991 foi detido por militares indonésios e ficou preso durante seis anos e quatro meses na prisão Cipinang em Jacarta; e, pela sua dedicação total na defesa dos direitos timorenses foi galardoado com o Prémio Internacional Reebok em 1992 (Lusa, 4/3/2012). Em 2001 fundou o Partido Democrático (PD).

Taur Matan Ruak, nasceu em Osso – Huna (Baguia, Baucau), a 10 de Outubro de 1956. Filho de António de Vasconcelos e Albertina Amaral. É o mais velho de oito irmãos, cinco raparigas e três rapazes. Em 1960, ainda jovem, mudou-se para Díli com o seu Tio. Iniciou a escola primária em 1963 e em 1968 terminou o ensino primário. Quando a indonésia invadiu em 7 de Dezembro de 1975 a Taur Matan Ruak, com 19 anos de idade, e com na aquela altura juntou-se às FALINTIL para resistências a luta contra invasor indonésia e participou em batalhas contra os militares indonésios em parte de setor norte e sul onde permaneceu. Com na sua dedicação das forças armadas e ele começou a assumir posições de comando das FALINTIL onde no final de 1976, recebeu a sua primeira nomeação oficial.

Taur Matan Ruak assumiu responsabilidades crescentes nas fileiras das FALINTIL de 1976 a 1979, nos dois setores militares de Leste, o Setor Centro Leste e o Setor da Ponta Leste. Tornou-se Comandante de Companhia. No final de 1977, foi iniciada a Operação de Cerco e Aniquilamento pelos militares indonésios que viria a dizimar as forças da Resistência. Em 22 de Novembro de 1978, caiu a última base de apoio da Resistência na montanha de Matebian. Kay Rala Xanana Gusmão, Taur Matan Ruak e outros membros da Resistência, reagruparam-se no dia seguinte, no sopé do Monte Legumau e retomaram as operações de guerrilha. Quando o fim da liderança e também fundador da resistência Nicolau Lobato na guerra de batalha em 31 de Dezembro de 1978, entre seguintes anos em 1979 e 1980 a maioria das forças da Resistência se deslocava para os setores centrais a fim de reorganizar e consolidar a Resistência sob a liderança do Comandante-em-Chefe Xanana Gusmão, Taur Matan Ruak recebeu ordens para levar a cabo ações de guerrilha na região Leste.

Em 31 de Março de 1979, na área de Viqueque Taur Matan Ruak, foi capturado pelas militares indonésia durante 23 dias com uma missão que se destinava a localizar sobreviventes da Operação de Cerco e Aniquilamento. Em Março de 1981, Taur Matan

Ruak foi nomeado com colaborador do Chefe de Estado-maior das FALINTIL, e também responsável pelo comando operacional do setor Leste e, mais tarde, do setor Oeste. Em Março de 1983, a Resistência e representantes dos militares indonésios acordaram num cessar-fogo. O massacre de Kraras, perpetrado em Agosto desse ano, pôs um fim ao acordo. Em Setembro, foi declarado o estado de emergência e iniciada uma nova ofensiva militar indonésia – Operação Varrimento. Mais tarde, ainda no mesmo ano, Taur Matan Ruak foi promovido e responsabilizado pelo planeamento estratégico do Comando Operacional do Leste. Ainda em 1983, foi transferido para o Comando Operacional Oeste (toda a região a Oeste do eixo Baucau/Viqueque) e nomeado conselheiro militar e Subchefe do Estado-maior das FALINTIL. Como a sua dedicação e sucessão a partir de 1986, Taur Matan Ruak assumiu o comando de todas as operações militares em Timor-Leste.

A 10 de Dezembro de 1999, Taur Matan Ruak é agraciado com o Prémio de Direitos Humanos da Assembleia da República, em Lisboa, Portugal. A 20 de Agosto de 2000, Kay Rala Xanana Gusmão demitiu-se das FALINTIL e Taur Matan Ruak foi nomeado Comandante-em-Chefe das FALINTIL. A 1 de Fevereiro de 2001, Taur Matan Ruak assume o Comando da FDTL, Força de Defesa de Timor-Leste, com a patente de Brigadeiro-General, em cerimónia presidida pelo falecido Dr. Sérgio Vieira de Melo, Administrador Transitório da ONU.

A 20 de Maio de 2002, a quando da restauração da independência, Taur Matan Ruak torna-se Chefe do Estado Maior General das F-FDTL, FALINTIL-Força de Defesa de Timor-Leste. Em 7 de Dezembro 2006, Taur Matan Ruak é condecorado pelo Presidente da RDTL com a Ordem da Guerrilha. Em 2007, Taur Matan Ruak é condecorado pelo Presidente da RDTL por serviços prestados durante a Operação Halibur, operação conjunta das F-FDTL com a PNTL que visava o restabelecimento da segurança e ordem no país na sequência da crise política de 2006. A 28 de Novembro de 2009, Taur Matan Ruak é promovido a Major-General pelo Presidente da RDTL, Dr. José Ramos-Horta. A 20 de Agosto de 2011, em Cerimónia de Homenagem Nacional de Agradecimento e Reconhecimento dos ex-combatentes da luta de libertação, Taur Matan Ruak é oficialmente desmobilizado das FALINTIL e condecorado juntamente com outros 235 ex-combatentes.

A 6 de Outubro de 2011, Taur Matan Ruak proferiu o último discurso enquanto Chefe do Estado Maior General das F-FDTL, na cerimónia de passagem de testemunho do comando das Forças de Defesa, depois do seu pedido de exoneração do cargo ter sido aceite pelo Presidente da República. O Taur Matan Ruak é casado com Isabel da Costa Ferreira, têm três filhos, duas filhas e um filho.

## **Segunda Parte**

### **Relações entre partidos políticos com assentos parlamentares e os candidatos à presidência em Timor**

#### **1. Relação entre partidos políticos com assentos parlamentar**

As primeiras eleições livres de Timor Leste realizaram-se em 30 de Agosto. A sua organização pertenceu ao Governo transitório das Nações Unidas que teve de realizar o recenseamento da população e o recenseamento eleitoral, registo dos partidos políticos e dos candidatos. Mais difícil foi assegurar a paz a uma população que tem a recordação viva da destruição que se seguiu os resultados da consulta popular organizada pela ONU em 1999. O CNRT, coligação de forças que conduziu o território até as portas da independência, auto dissolveu-se, deixando o terreno livre aos partidos políticos. Ele pediu aos partidos para assinar um pacto pelo qual renunciariam à violência que marcou os últimos 25 anos e prometeriam aceitar o resultado da eleição: 14 dos 16 partidos legalizados aceitaram assina-lo.

Foi a primeira vez que os partidos timorenses disputaram uma eleição, o resultado foi por isso imprevisível. Poderá estar mais virado para passado, exprimindo o reconhecimento a posteriori para os que lutaram para a independência, que para o futuro. A eleição destinou-se a escolher os 88 membros da Assembleia Constituinte mas o seu resultado, que foi conhecido em 10 de Setembro, serviria também para o Administrador das ONU designar os membros do Governo de Transição que levaria o país até a independência; e a Assembleia Constituinte poderia transformar-se na primeira Assembleia Legislativa do novo Estado.

A propósito disto, em 14 de Junho, na Conferência de doadores em Canberra, Sérgio Viera de Mello (administrador da UNTAET) anunciou a importância de dissolução do Conselho Nacional (Parlamento não eleito), justificando ainda que seria necessário fazer algumas modificações na atuação do Governo Transitório: “A autoridade executiva ficará nas mãos do Administrador Transitório em virtude da

resolução 1272 do Conselho de Segurança e exercida pelo Governo. Como o Conselho Nacional deve dissolver-se no início da campanha eleitoral em 15 de Julho, o Governo ‘modificado’ continuará a exercer a autoridade e a desenvolver a legislação essencial mas só penso promulgar as leis mais urgentes. A maioria da legislação esperará pela Assembleia Constituinte ou Legislativa independente” (UNTAET, 14/6/2001).

### **1.1. Eleição para Assembleia Constituinte**

A campanha eleitoral para a eleição da Assembleia Constituinte ficou marcada para 15 de Julho. As Nações Unidas decidiram apoiar os partidos políticos para a campanha unicamente com material, transportes, telecomunicações, escritórios e serviços gráficos. Nenhuma ajuda em dinheiro foi concedida, o que provocou queixas de 10 dos 16 partidos. Como explicou o administrador da UNTAET Sérgio Viera de Mello: ”os maiores perigos são a ignorância, a desinformação e a confusão que delas resulta”, admitindo que “Os CPD-RDTL são um grupo de agitadores profissionais, pagos por outra causa que não é a causa timorense, e que, numericamente, não representam nada” (Lusa, 10/7/2001). Este grupo pressiona a população de Díli aconselhando a fuga para as montanhas para evitar o banho de sangue que anuncia (Lusa, 12/7/2001).

De acordo com a imprensa France Presse (29/08/2001), foram localizados 248 colégios eleitorais, divididos em 13 distritos, sob a vigilância de 1.500 policiais da ONU e de 850 membros das forças de segurança de Timor Leste, além da presença de mais de 500 observadores estrangeiros. Os 425 mil eleitores elegeriam 88 representantes entre 16 partidos e cinco candidatos independentes. Os resultados da eleição para Assembleia Constituinte foram proclamados em 10 de Setembro. A 15 de Setembro a Constituinte começou a iniciar os seus trabalhos e a Constituição foi aprovada 90 dias depois por unanimidade de 88 membros da Assembleia. Sérgio Viera de Melo estava confiante com a eleição da Assembleia Constituinte e afirmou que quando forem conhecidos os resultados da eleição: “este Governo [transitório] poderá provavelmente incluir a maioria se não todos os partidos representados na Assembleia e talvez personalidades

não representadas”, apoiando desta forma, “a formação do Governo baseado no espírito do Pacto de Unidade Nacional que encoraja os partidos a assinar”(Lusa, 28/6/2001).

Tabela 4 – Resultados eleição parlamentar em 30 de Agosto de 2001<sup>17</sup>

<b>Número</b>	<b>Partidos</b>	<b>Por cento %</b>	<b>Cadeiras</b>
<b>1</b>	FRETILIN	57,3	55
<b>2</b>	ASDT	7,8	6
<b>3</b>	UDT	2,2	2
<b>4</b>	KOTA	2,0	2
<b>5</b>	PD	8,7	7
<b>6</b>	PSD	8,1	6
<b>7</b>	PST	1,7	1
<b>8</b>	PNT	2,2	2
<b>9</b>	UDC/PDC	1,6	1
<b>10</b>	PDC	1,9	2
<b>11</b>	PPT	1,9	2
<b>Total</b>			88

Os resultados supracitados na tabela 4 foram somados a partir dos resultados obtidos por partidos políticos na votação para representantes distrital que se pode ver na tabela abaixo indicada.

Tabela 5 – Resultados por partidos na votação para representante distrital (Sousa, 2004:63)

<b>Distrito</b>	<b>Partido do candidato eleito</b>	<b>Votos recebidos</b>	<b>Percentagem de votos (%)</b>
<b>Aileu</b>	FRETILIN	5 118	57.47
<b>Ainaro</b>	FRETILIN	6 050	34.63
<b>Baucau</b>	FRETILIN	38 525	85.97
<b>Bobonaro</b>	FRETILIN	18 743	60.34

<sup>17</sup> Fontes: IEC (Independent Election Commission, 2001)

<b>Cova Lima</b>	FRETILIN	13 961	65.74
<b>Díli</b>	FRETILIN	47 855	72.49
<b>Ermera</b>	FRETILIN	14 724	39.79
<b>Lautem</b>	FRETILIN	12 766	54.93
<b>Liquiça</b>	FRETILIN	16 247	78.43
<b>Manatuto</b>	FRETILIN	8 501	55.04
<b>Manufahi</b>	FRETILIN	10 235	75.12
<b>Oecussi</b>	Independente	8 207	36.06
<b>Viqueque</b>	FRETILIN	22 721	81.62

Segundo Sousa, os resultados por distritos supracitados na tabela 5 é por si só suficientemente para afirmar que em Timor-Leste há uma forte participação democrática dos timorenses enquanto povo livre e independente. É certo que este foi uma das hipóteses de interpretação sustentada pela concepção sociológica política eleitoral. Embora na paleta de fatores de ordem socioeconômica que geralmente se utiliza em análises eleitorais – como exemplo disto é o fator histórico (do país e da circunscrição eleitoral), económico, demográfico (distribuição da população, género pirâmide da população das idades), sócio–profissional, dicotomia rural ou urbano e outros – poucos se podem convocar rigorosamente no país ainda profundamente desorganizado, com largo desemprego e profundos problemas de desenvolvimento. Grosso modo, na teoria política, a interpretação que devemos aplicar é explicar os comportamentos eleitorais nos países em via de desenvolvimentos, segundo a qual os fatos ‘clássicos’ como a etnicidade, ou a filiação religiosa muito pouco presentes na decisão e distribuição eleitoral em Timor-Leste.

O que mais interessante é o homogeneidade do território, onde o catolicismo está a reunir cerca de 95 % da população, mas não promovendo qualquer modalidade de “voto religioso”, como se expressa mesmo no escasso de 2.5 % de sufrágios recolhidos pelos dois partidos de denominação cristã; mas paralelamente, não se verificou nada de quaisquer fatores referidos. (Sousa 2004:63-64).

Salientarmos que “sem ter havido um amplo debate pré-constitucional, uma Assembleia Constituinte eleita democraticamente em 30 de Agosto de 2001, na qual a FRETILIN tinha a maioria, redigiu em sete meses uma Constituição que atribua ao Presidente um papel meramente simbólico. Era-lhe quase completamente vedado demitir o Governo e faltavam-lhe instrumentos para exercer, como eficácia, o papel de Comandante Supremo das Forças Armadas” (Barbedo-magalhães, 2007:647)<sup>18</sup>

A FRETILIN ganhou maioritariamente a eleição da Assembleia Constituinte é resultado da sua popularidade e da sua identidade como um movimento verdadeiramente nacionalista (Sousa, 2004:64). Esta investigadora escreveu ainda que “se somarmos ainda dois resultados partidários os votos da ASDT, partido cuja história, à semelhança do PD, se cruza com a FRETILIN. A propósito, o jornalista Adelino Gomes em artigo de opinião “A força da bandeira e os desafios da vitória” lembrou-nos que o resultado para o campo da Resistência e do nacionalismo timorenses de cerca de 80% dos votos foi melhor consagração eleitoral e popular da Resistência independentistas. Até o próprio Mari Alkatir justificou assim: “se por alguma razão os outros partidos acabarem, a FRETILIN divide em duas ou três para garantir o multipartidarismo”<sup>19</sup>.

## 1.2. Eleição legislativa de 2007

No dia 30 de Junho de 2007, ocorreu uma eleição parlamentar em Timor-Leste. Embora a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) tivesse conseguido maioria simples, o novo governo foi formado por uma coligação que uniu os três grupos seguintes mais votados. O novo primeiro-ministro, Xanana Gusmão (que foi presidente do país até 20 de maio de 2007) do Conselho Nacional de Reconstrução do Timor (CNRT) foi empossado em 8 de Agosto de 2007, tendo Fernando de Araújo, do Partido Democrático como presidente do Parlamento.

---

<sup>18</sup> Barbedo-Magalhães, António (2007), *Timor-Leste: interesses internacionais e atores locais, volume III – a difícil construção do Estado democrático (1999-2007)*, Porto: Edições Afrontamento

<sup>19</sup> Gomes, Adelino (7/9/2001), “A força da bandeira e os desafios da vitória”, in *PÚBLICO*.

A contagem de votos nesta eleição foi feita de modo diferente devido a mudanças na Lei Eleitoral, que estabeleceram a contagem dos votos por distritos, ao invés de ser por seções eleitorais como era anteriormente (The Sydney Morning Herald, 26/6/2007). Encontrava-se um e mais mulheres nas listas partidárias. Xanana Gusmão contestou as eleições, com o seu recém-fundado Conselho Nacional de Reconstrução do Timor – CNRT (ABC Radio Austrália, 27/3/2007) Quatorze partidos disputavam os 65 assentos no parlamento, conduzida com base na representação proporcional e com listas partidárias. No início de Junho, dois simpatizantes do CNRT foram mortos em ato de violência durante a campanha eleitoral. No entanto, o resto da campanha foi considerado pacífico.

De acordo com o documento do CNE, os partidos políticos que ganharam assentos parlamentares são a FRETILIN, o CNRT, a coligação da ASDT/PSD, e o Partido Democrático, PUN, UNDERTIM e a aliança democrática KOTA/PPT. Resultados provisórios anunciados pelo CNE<sup>20</sup>, no dia 9 de Julho, mostraram a FRETILIN em primeiro lugar com 29,02% dos votos, seguida pelo CNRT com 24,10%, pelo ASDT-PSD com 15,73%, e pelo Partido Democrático com 11,30%. No mesmo dia, a comissão eleitoral anunciou a distribuição dos assentos baseados nos resultados provisórios: 21 para FRETILIN, 18 para o CNRT, 11 para o ASDT-PSD, 8 ao Partido Democrático, 3 ao Partido da Unidade Nacional, 2 à Aliança Democrática e 2 para UNDERTIM (ver tabela a seguir). Para ter assento, um partido teve que receber pelo menos 3% dos votos, e sete partidos não alcançaram este nível. A comissão eleitoral estimou o comparecimento em 80,5%. Entretanto, este excessivo número de partidos políticos dificulta a formação das maiorias parlamentares, isto acontece porque o pluralismo estabelecido num determinado Estado não contar com um partido que se sobreponha aos demais, mas, pelo contrário, tiver uma multiplicidade de partidos dispersos, a existência do regime será precária, subsistindo mais em suas formas externas do que em sua verdadeira essência. Ficará o mesmo sempre sujeito as combinações de momento, sub-reptícias, a coligações ditadas por interesses transitórios (Russomano, 1978:109).

---

<sup>20</sup> CNE – Comissão Nacional de Eleições Timor-Leste, 9 de Julho 2007

Tabela 6 – Resultados das eleições legislativas de 2007<sup>21</sup>

<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>%</b>	<b>Cadeiras</b>
<i>Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente - FRETILIN</i>	120 592	29,02	21
<i>Congresso Nacional da Reconstrução Timorense</i>	100 175	24,10	18
PSD–ASDT <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Partido Social Democrata</i></li> <li>• <i>Associação Social-Democrata de Timor</i></li> </ul>	65 358	15,73	11
<i>Partido Democrático (Timor-Leste)</i>	46 946	11,30	8
<i>Partido Unidade Nacional</i>	18 896	4,55	3
<i>Aliança Democrática</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Klibur Oan Timor Asuwain</i></li> <li>• <i>Partido do Povo de Timor</i></li> </ul>	13 294	3,20	2
<i>União Nacional Democrática de Resistência Timorense</i>	13 247	3,19	2
<i>Partido Nacionalista Timorense</i>	10 057	2,42	0
<i>Partido Democratika República de Timor</i>	7 718	1,86	0
<i>Partidu Republikanu</i>	4 408	1,06	0
<i>Partido Democrata Cristão</i>	4 300	1,03	0
<i>Partido Socialista de Timor</i>	3 982	0,96	0
<i>União Democrática Timorense</i>	3 753	0,90	0
<i>Partido Milénio Democrático</i>	2 878	0,69	0
<b>Total (comparecimento: 80,5%)</b>	<b>415 604</b>	<b>100,00</b>	<b>65</b>

A eleição assume um papel determinante no processo de democratização do Estado, porque constitui o mecanismo através do qual se institui a representação política. A eleição também é um instrumento de conquistar o poder e a seleção dos governantes, com características diferentes que visam o mesmo fim (Manuel Meirinho Martins, Representação política, Eleição e sistemas eleitorais, p.221, 2008). Conforme este autor, a luta política é caracterizada pela conquista e manutenção dos órgãos

---

<sup>21</sup> Fonte: CNE (Comissão Nacional de Eleição) 2007

soberanos de Estado do poder, embora, nem sempre, se tinha efetuado ou se efetue com recurso meio legais ou mesmo, no quadro destes, se faça pela via eleitoral.

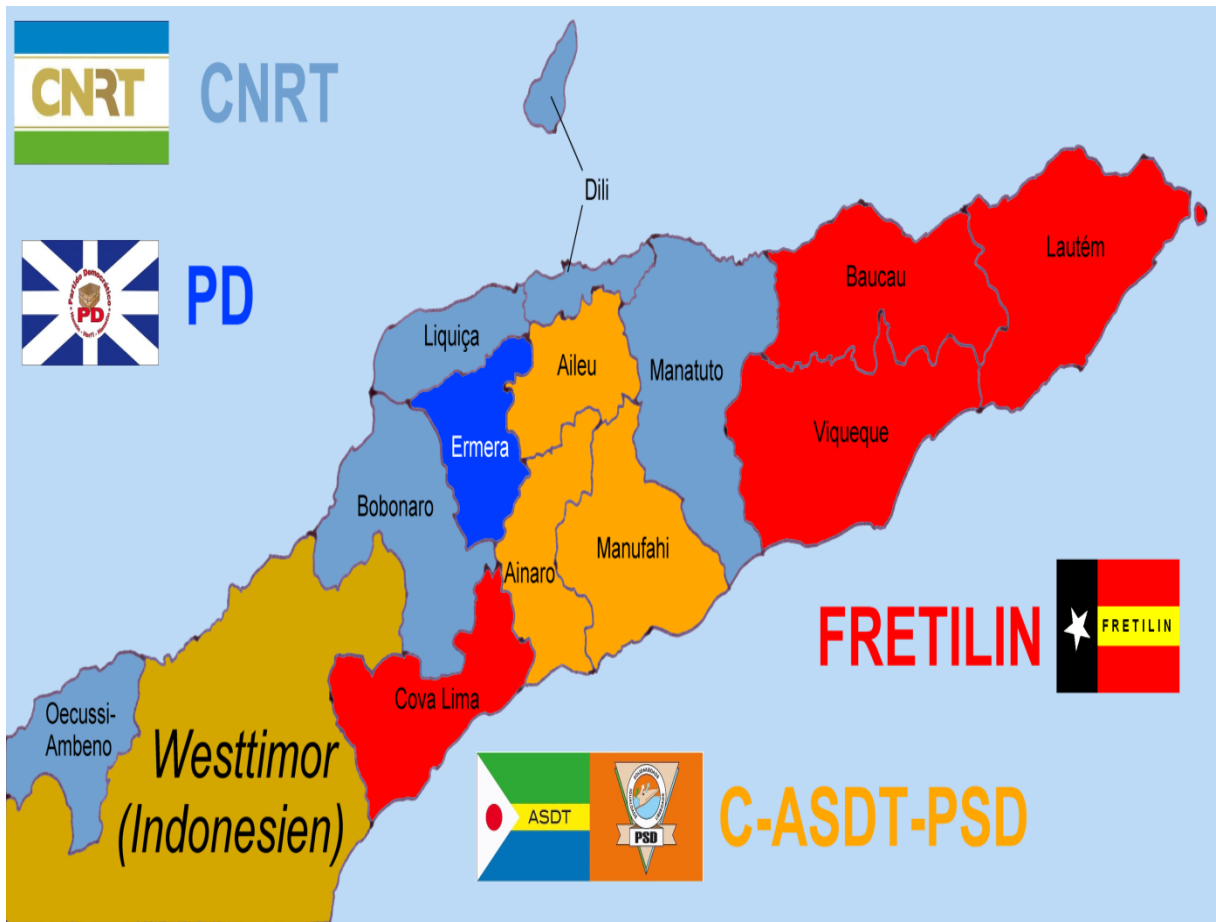
Gráfico 1 – Os partidos políticos com assentos parlamentar<sup>22</sup>



A regra para conquistar o poder político segue um conjunto de procedimentos instituídos no quadro de um Estado de Direito ou Leis Eleitorais e enquadra – se na chamada Lei Suprema (Constituição) que estabelece as regras de acesso ao poder pela via consentimento expreso pelos cidadãos através do voto (Meirinho, ibidem, 122).

<sup>22</sup> Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5e/ET\\_parliament2007.png](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5e/ET_parliament2007.png) (acedido em 15/5/2012)

Figura 1 – Partido dominante por distritos<sup>23</sup>

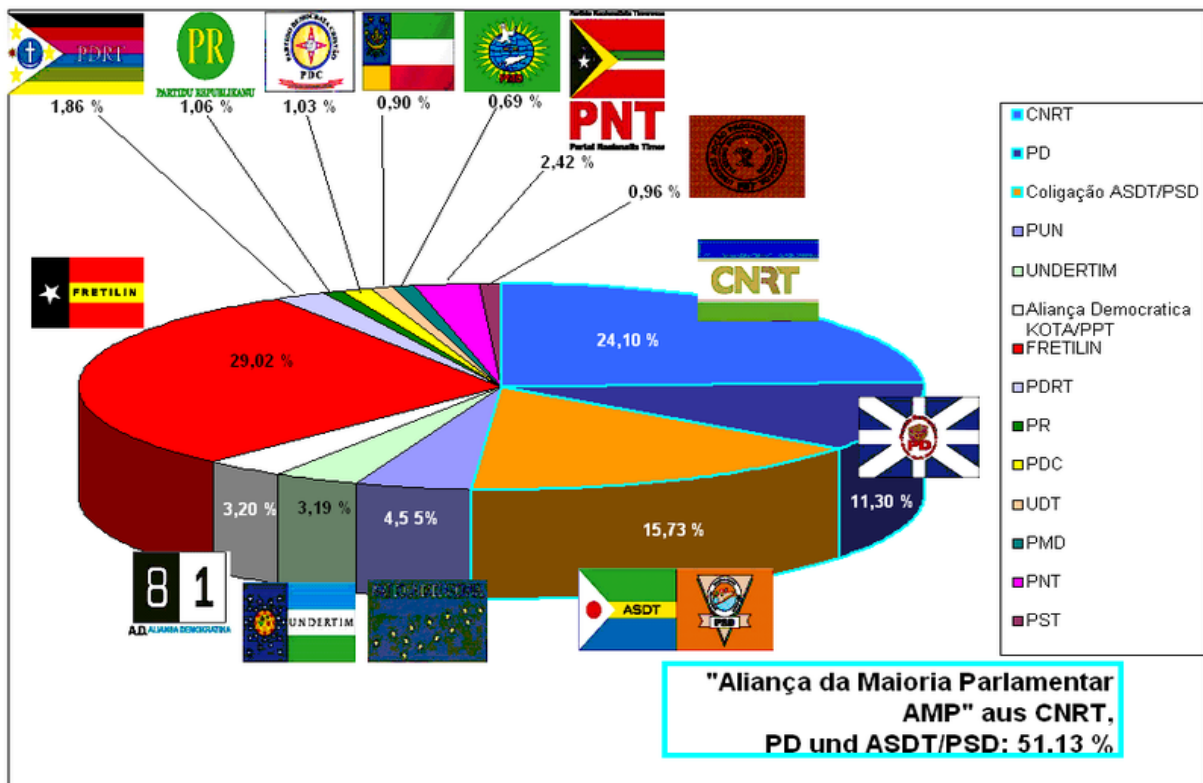


A constituição RDTL dar a direito participação de cada cidadão para participar através representantes democraticamente eleitos, na vida política e nos assuntos público do país. A eleição é fruto de uma evolução para fundar um Estado – Nação tanto cada cidadão tem diferentes perspectivas mas tem ideias fundamentais que criar um âmbito de amizade.

<sup>23</sup>Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f0/ET\\_Distrikte-Karte-Wahl2007.png](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f0/ET_Distrikte-Karte-Wahl2007.png) (accedido em 15/5/2012)

Gráfico 2 – Resultado final das eleições parlamentares de 2007

A aliança do CNRT, C-ASDT-PSD e PD em azul-claro<sup>24</sup>



Martinho Gusmão (membro do CNE) afirmou que como nenhum partido obteve maioria absoluta dos votos, um governo de coligação tornou-se necessário, como afirma Martinho Gusmão. Logo após a eleição, um porta-voz do CNRT declarou que o partido discutia a possibilidade de formar uma coligação com o ASDT-PSD e o Partido Democrático (O'Brien, 2007)<sup>25</sup>. O Secretário-geral da FRETILIN, Mari Alkatiri anuncia que seu partido foi chamado para conversar sobre uma coligação, mas disse que não havia nenhuma possibilidade do partido formar uma coligação com o CNRT (BBC News, 5/7/2007). Enquanto o líder do PSD, Mário Viegas Carrascalão, esclareceu que

<sup>24</sup> Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:ET\\_election2007.png](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:ET_election2007.png) (acedido em 15/5/2012).

<sup>25</sup> O'Brien, Emma (2007), "East Timor Election Will Lead to Coalition Government", in *Bloomberg.com*, 5 de Julho <http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=newsarchive&sid=anHTcOMOBSb0&refer=asia> (acido em 15/5/2012)

uma aliança de seu partido com o CNRT era “natural”, mas que a presença de uma facção dissidente da FRETILIN no CNRT era “inaceitável”.

O líder do Partido Democrático, Fernando de Araújo justificava que o seu partido aceitaria formar uma coligação com o CNRT, porque não havia ‘nenhuma grande diferença’ entre ele e Gusmão, mas também apresentou uma ideia de formar um governo de unidade nacional, incluindo todos os partidos eleitos ao parlamento. O presidente José Ramo Horta de então mencionou também que deveria haver uma possibilidade de criar um governo de unidade nacional, mas Alkatiri reiterou que uma coligação incluindo FRETILIN e o CNRT era fora de questão, e que seria melhor para a democracia ter uma oposição<sup>26</sup>, adiantando que era necessário que um partido tivesse a maioria dos assentos para governar, e que a FRETILIN poderia formar um governo minoritário. A 7 de Julho, Alkatiri disse que se não pudesse formar uma coligação com outros partidos, a FRETILIN formaria o governo sozinho, de seguida, ele expressou o interesse em formar um governo de unidade nacional com todos os partidos, incluindo o CNRT<sup>27</sup>. A propósito disto, o então presidente Ramos-Horta convidou CNRT, ASDT-PSD, Partido Democrático a formarem um governo de coligação.

No dia 16 de Julho, o presidente José Ramos-Horta disse que a FRETILIN e a aliança de partidos liderada pelo CNRT concordaram com a formação de um governo de unidade nacional, embora detalhes restassem por ser discutidos e não estivesse decidido quem seria o primeiro-ministro. Iniciaram-se negociações entre os partidos sobre a composição do novo governo; Ramos-Horta disse que tomaria uma decisão se os partidos não chegassem a um acordo. A 24 de Julho, ele disse que os partidos “não tinham chegado a um acordo sobre o novo governo”, mas que a data-limite de 25 de Julho para que os partidos chegassem a um acordo era “flexível”. Fernando de Araújo, como porta-voz da coligação liderada pelo CNRT, disse que proporia Gusmão como primeiro-ministro, argumentando que devido aos partidos da coligação controlarem de modo combinado a maioria dos assentos, era seu direito constitucional escolher o primeiro-ministro. Disse que FRETILIN não poderia esperar mais do que ter alguns

---

<sup>26</sup> Tito Belo (6/7/2007), “Fretilin rejects unity call”, in *Reuters* (theage.com.au),

<sup>27</sup> Fonte: “Fretilin open to E Timor unity govt” – <http://www.abc.net.au/news/2007-07-10/fretilin-open-to-e-timor-unity-govt/95566?section=world> (ace dido em 16/5/2012).

ministros no governo<sup>28</sup>. O Parlamento foi reunido para nova legislatura em 30 de Julho, embora o novo governo e o primeiro-ministro ainda não estivessem definidos. Fernando de Araújo foi eleito líder do parlamento na primeira sessão.

Alkatiri afirmou no dia 1 de Agosto que seria o candidato da FRETILIN a primeiro-ministro, ao criticar o registro de Gusmão como presidente. Ramos-Horta prorrogou o prazo para formação do governo até 3 de Agosto. Em uma declaração, Alkatiri pediu um governo de unidade nacional, disse que este traria a estabilidade e citando o que descreveu como “a vontade do eleitorado”. Em 3 de Agosto, Ramos-Horta disse que pediria à coligação liderada pelo CNRT para formar um governo em 6 de Agosto por causa de sua maioria parlamentar, a menos que um acordo fosse alcançado antes. Disse que esta decisão era baseada em sua consciência; disse também que se a FRETILIN fosse excluída, ainda seria necessária ao novo governo e não seria ignorada.

A FRETILIN ameaçou boicotar o parlamento. Ramos-Horta disse no dia 6 de Agosto que a coligação liderada pelo CNRT formaria o novo governo e que Gusmão seria primeiro-Ministro. A FRETILIN denunciou a decisão de Ramos-Horta como inconstitucional e revoltados simpatizantes da FRETILIN em Díli reagiram imediatamente a este anúncio de Ramos-Horta, promovendo violentos protestos. A 7 de Agosto, Alkatiri disse que o partido lutaria contra a decisão por meios legais. Gusmão fez juramento dentro do palácio presidencial em Díli no dia 8 de Agosto, e a maioria de seu governo também tomou posse no mesmo dia. José Luís Guterres, líder de uma facção dissidente da FRETILIN, tornou-se vice-primeiro-ministro.

### **1.3. Eleição legislativa de 2012**

A terceira eleição legislativa em Timor-Leste foi realizada no dia 7 de julho de 2012. Todo o processo de apuramento foi seguido de acordo com a Lei nº 6 de 28 de

---

<sup>28</sup> Emma O'Brien (27/7/2007), “Gusmão, East Timor's Former President, May Lead New Government”, in *Bloomberg.com* - <http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=newsarchive&sid=aw3GjZCHXUoE&refer=asia> (acedido em 18/5/2012).

Dezembro de 2006, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 6 de 2007, nº 7 de 2011 e nº 1 de 2012. Nos termos dos artigos 46º a 48º dessas Leis, a CNE remeteu o apuramento dos resultados provisórios nacionais e distritais ao Tribunal de Recurso.

Os partidos KHUNTO (Kmanek Haburas Unidade Nacional Timor Oan) e partido FRETILIN (Frente Revolucionário de Timor-Leste Independente) recorreram do apuramento provisório dos resultados nacionais, nos termos do artigo 49 da mencionada lei, tendo o Tribunal de Recurso julgado improcedente o recurso do primeiro e precedente o do segundo. Em consequência desta procedência, o Tribunal de Recurso acrescentou um validamente expresso a favor do partido FRETILIN.

As atas dos resultados apresentados pela CNE foram analisadas pelo coletivo de Juízes e estes afirmaram que não se encontra a irregularidade das eleições referidas ou influir no seu resultado, e verifica que o apuramento feito por essa comissão está correto, tirando a mencionada diferença de mais um voto válido a favor da FRETILIN, resultante da procedência do recurso, a conversão de votos em mandatos e atribuição de mandatos estão feitas de acordo com o disposto nos artigos 13º e 14º, respetivamente da Lei nº 6 de 2006.

Assim nos termos do artigo 50º desta lei, o coletivo de Juízes do Tribunal de Recurso, delibera julgar todos os votos válidos da terceira eleição legislativa. Totais eleitores inscritos nesta eleição são 645.624 com totais votantes 482.792, isto é, a quantidades da percentagem 74,78 % entre as quais os votos válidos expressos 471.419 (97 %), votos em brancos 2.931 (0,61 %) e votos nula 8.442 (1,75 %).

De acordo com a deliberação da CNE 028/VII/2012, ata de apuramento dos resultados nacionais provisória da eleição para Parlamento Nacional de Timor Leste foi deliberada com os artigos 48 e 49 da Lei Eleitoral para o Parlamento Nacional da Lei nº 6 de 2006 alterada pela Lei nº 7 de 2011. Com deste regulamento, os comissários deliberam: Primeiro aprovar a ata de apuramento dos resultados nacionais provisórios da eleição ao Parlamento Nacional de Timor-Leste; Segundo afixar, na sede CNE, a ata em referência às 16.30 do dia 13 de Julho de 2012; Terceiro enviar copia da ata supra referida ao STAE e aos órgãos de informação nacionais; Quatro aguardar o prazo de 48 horas desde a afixação dessa ata durante o qual, em conformidade com o disposto no artigo 49, cabe interposição de recurso do apuramento provisório para o coletivo do Tribunal de Recurso; Quinto remeter uma vez terminado o prazo de interposição de

recurso, a respetiva ata para o Tribunal de Recurso; e sexto emitir comunicado de imprensa informado a população dos pontos acima referidos (Relatório do CNE,13 de Julho de 2012).

A eleição competitiva do parlamento constitui o princípio de legitimação dos representantes e permite efetivar o critério da responsabilidade dos representantes (prestação de contas) perante os representados e, conjugada com a colocação dos parlamentos como instituições centrais do sistema político (sobretudo na forma de governo parlamentar) determina, ainda, uma relação institucional entre governantes e governados dando corpo á interpretação mais fiel ao conceito de representação política enunciado por Cotta (1986). No mesmo sentido, os partidos políticos devem assumir a idêntica importância das estruturas de representação (Martins Meirinho,2008,p.91).

Tabela 7: Partidos /Coligação Partidária na eleição Parlamentar em 2012

<b>Número</b>	<b>Partidos/Coligação Partidária</b>	<b>Votos</b>	<b>Percentagem</b>
	<b>Concorrentes</b>	<b>Obtidos</b>	<b>%</b>
<b>1</b>	UDT - União Democrática Timorense	5.332	1,13
<b>2</b>	PR - Partido Republicano	4.270	0,91
<b>3</b>	PDN- Partido Desenvolvimento Nacional	9.386	1,99
<b>4</b>	AD – Aliança Democrática KOTA/Trabalhista	2.622	0,56
<b>5</b>	PUN – Partido Unidade Nacional	3.191	0,68
<b>6</b>	PD – Partido Democrático	48.579	10,30
<b>7</b>	PTD- Partido Timorense Democrático	2.561	0,54
<b>8</b>	PSD- Partido Social Democrático	10.158	2,15
<b>9</b>	Frente Mudança-Frente Reconstrução Nacional	14.648	3,11
<b>10</b>	KHUNTO-Kmanek Haburas Unidade Timor	13.822	2,93
<b>11</b>	CNRT-Congresso Nacional de Reconstrução	172.908	36,68
<b>12</b>	FRETILIN- Frente Revolucionaria Timor	140.905	29,89

13	PDP-Partido Desenvolvimento Popular		1.904	0,40
14	Bloco Proclamador-PMD/Parentil		3.125	0,66
15	ASDT-Associação Social Democrata		8.488	1,80
16	PST- Partido Socialista Timorense		11.379	2,41
17	PDC-Partido Democrático Cristão		887	0,19
18	PDL-Partido Democrático Liberal		2.223	0,47
19	APMT-Associação Popular Monarquia		3.978	0,84
20	UNDERTIM-Unidade Democrático	Nacional	7.042	1,49
21	Coligação PLPA/PDRT		4.011	0,85

Os partidos políticos que atingiram 3% ou ultrapassaram barreira eleitoral são seguintes partidos: CNRT com sigla Congresso Nacional de Reconstrução de Timor Leste, liderado por Xanana Gusmão, obteve primeiro classificado com total votos válidos 172.908 com total percentagem de 36,68 % e atribuição mandatos por partidos políticos ou alocação dos assentos parlamentares conforme método D'hond. 30 deputados e percentagem 46,15 %. Este partido surgiu na segunda eleição legislativa em 2007 e obteve 18 deputados, conseguindo formar um governo de aliança maioria parlamentar.

O partido FRETILIN com sigla Frente Revolucionário do Timor-Leste Independente obteve apenas votos válidos 140.904 com total percentagem de 29,89 % e atribuição mandatos por partido políticos e alocação dos assentos parlamentar correspondente método D'hondt 25 deputados no parlamento nacional e percentagem 38,38 %. Partido Democrático ocupa o terceiro lugar com 8 lugares e o partido Frente Reconstrução Nacional Timorense (FRENTE-MUDANÇA), obteve votos válidos 14,648 com percentagem de 3,11%. Duas semanas depois da eleição, Partido Democrático e Partido FRENTE MUDANÇA em 16 de julho de 2012, anunciaram ao público que aceitaram a formar um governo de coligação com o CNRT de Xanana Gusmão, com sigla “Governo Bloco Maioritária”.

De acordo com Secretário-geral do partido CNRT, Dionísio Babo via média nacional e internacional no dia 16 de julho de 2012 formou um grupo de trabalho para

discutir a estratégia de como formar o V Governo Constitucional: “Há vários pontos a acertar e estas reuniões, ainda sem os líderes dos partidos, podem atrasar vários dias, mas o objetivo é iniciar a conversas sobre a formação do Governo e, inclusivamente, começar a falar sobre as pastas que o Executivo vai ter que terão de ser coincidentes com os programas políticos apresentados à população”, e não serão de forma imediata para o executivo mas terá de haver um consenso sobre as pastas e depois se saber que serão as pessoas indicadas para ocupar os postos (Lusa 16 de Julho de 2012).

Segundo Bispo de Díli, Dom Alberto Ricardo da Silva, a igreja Católica espera que o modelo do novo executivo seja um governo de unidade nacional: “Nós devemos receber e abraçar-nos uns aos outros com a cooperação e a unidade da nossa nação para este caminhar para frente e olhar ao progresso que nós queremos, e novo governo deve amar o país e o povo de Timor-Leste e liberta-lo da pobreza” (Jornal de digital,9 de Julho de 2012). Esta ideia foi reforçada pelo Presidente da República Taur Matan Ruak, dizendo que o país vai mostrar ao mundo que tem pés para andar é este o único caminho, não há tempo perder é tempo de trabalhar duro para combater a pobreza que assola vida e o nosso futuro (Lusa, 7 de Julho de 2012). Na mesma ocasião, Ramos Horta afirma: “eleição legislativas estão a decorrer de forma admirável tendo em conta o interesse dos partidos em capturar poder político por causa de dinheiro disponível nos próximos anos, segundo ele felicíssimo porque a eleição correu tudo muito bem, contra algum receio meu no início com tantos partidos a jogar tudo por tudo e todos sabendo que vai haver muito dinheiro nos próximo cinco anos havia muito interesse em capturar algum poder político” (Lusa,7 de julho de 2012).

Assim, a eleição é o sufrágio corresponde á expressão concreta de um direito que reconhece ao individuo a possibilidade de intervir no processo de seleção política, que pode transforma uma situação de cidadania política que é independente do seu uso. O exercício deste direito compromete um passo que mostra uma escolha especificamente destinada á legitimação do mando (Meirinho,2008,p.149). Adriano Moreira (1984:187), por seu lado, afirma que esta interpretação é redutora, na medida que reflete exclusivamente a visão racional normativa própria do modelo contratual que aceita o voto como expressão jurídica da soberania popular. Por isso, importa sublinhar o sentido político associado ao voto. Assim o sufrágio é um instrumento de luta pelo poder, independentemente da natureza das práticas (legais ou ilegais) associadas á sua

captura. Assim nestes termos, exprime a submissão ao poder que o captura e que não se embarça excessivamente sobre os meios de o obter (Meirinho, 2008, idem).

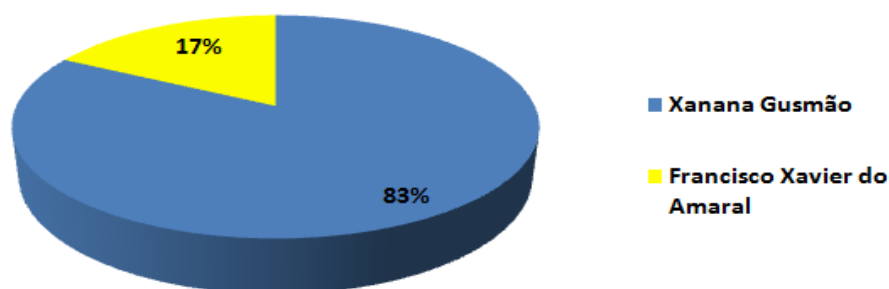
Para Mari Alkatiri, a eleição legislativa é um processo de concorrência pelo poder entre os partidos políticos que aparecer para ter uma função política dentro de um Estado de onde os líderes dos partidos procurar e atrair ao eleitor para preferir no seu voto, e não como consciências cada cidadania, quando este problema permanece o país contínuo de marasmo durante um período do novo governo. Parece que sem o saber, Mari Alkatiri já está emprestar a ideia do Schumpeter (1975:269) que justifica a democracia (representativa) corresponde essencialmente, a um arranjo institucional de chegada a decisão política através do qual os indivíduos adquirem esse poder através da competição pelo voto de eleitorado. A eleição surge, assim como o método formal através qual se processa a competição, em regime livre, pelo voto livre, pelo que indivíduos têm nesse processo a possibilidade de aceitar ou rejeitar os homens que os pretendem governar (Meirinho, 2008,p.137).

## **2. Relação entre candidatos à presidência**

### **2.1. Eleição presidencial de 2002**

Nas eleições presidenciais de 2002, os partidos políticos aceitaram a candidatura do Xanana Gusmão (apoiado por 14 partidos políticos) e Francisco Xavier do Amaral (apoiado por ASDT e PARENTIL) com 63.146 votos 17,31 % de votos. Nesta eleição, Xanana Gusmão ganhou com 301.634 Votos 82,69 % de votos.

#### **Eleição presidencial em Timor-Leste de 2002**



## 2.2. Eleição presidencial de 2007

Relativamente a divulgação dos resultados das eleições presidenciais de 2007, o presidente do Tribunal de Recurso, Cláudio Ximenes, sublinhou que o Tribunal procedeu ao acerto do número de votantes, diminuindo em 514 o número de eleitores que votaram para um total de 427.198 contra os 427.712 dos resultados provisórios. A alteração do tribunal colocou a participação eleitoral em 81,69 por cento contra os 81,79% dos resultados provisórios da Comissão Nacional de Eleições. Francisco Guterres “Lu Olo”, o candidato da RETILIN, venceu a primeira volta das eleições ao recolher 112.666 votos que correspondem a 27,89 por cento dos votos expressos, enquanto José Ramos-Horta, candidato independente, obteve 88.102 votos ou 21,81 por cento dos votos (ver tabela 2). A propósito dos resultados provisórios anunciados, Patrick O’Connor afirmou que “A eleição presidencial revelou uma ampla desilusão dos eleitores com toda a elite política do Timor Leste. Nenhum candidato recebeu mais que 30% de apoio. A votação na Fretilin foi significativamente menor que os 57% dos votos que ganhou nas eleições para a Assembleia Constituinte, realizada em 2001.

Este declínio é consequência da frustração com os resultados da chamada independência do Timor Leste. A FRETILIN havia prometido a seus apoiadores que a independência do país, conquistada em 2002, representaria a base para o desenvolvimento económico nacional e para a elevação do padrão de vida da população” Apesar de tudo, adiantava Patrick O’Connor: “o truque populista de Ramos-Horta sobre o fundo do petróleo parece que não surtiu os resultados desejados. O candidato recebeu apenas 22% dos votos, apesar do apoio político - e provavelmente económico - de Canberra e Washington, e do apoio da média australiana, que o mostrava como um fenómeno político”<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> O’Connor, Patrick (16/4/2007), “Resultado incerto da eleição do Timor Leste é um anúncio de futura instabilidade”, in *World Socialist Web Site* - <http://www.wsws.org/pt/2007/apr2007/port-a16.shtml> (acedido em 17/5/2012).

Tabela 8 - Os resultados na primeira ronda<sup>30</sup>

<b>Candidatos</b>	<b>Partidos</b>	<b>Votos</b>	<b>Percentage m</b>
<b>Francisco Guterres (LU- OLO)</b>	FRETILIN	112.666	27,89 %
<b>Avelino Coelho</b>	PST	8.338	2,06 %
<b>Francisco Xavier do Amaral</b>	ASDT	58.125	14,39 %
<b>Manuel Tilman</b>	KOTA/PPT	16.334	4,09 %
<b>Lúcia Maria Lobato</b>	PSD	35.789	8,86 %
<b>José Ramos Horta</b>	Independente	88.102	21,81 %
<b>João Veigas Carrascalão</b>	UDT	6.928	1,72 %
<b>Fernando Lasama</b>	PD	77,459	19,18 %

O Tribunal de Recurso manteve a contagem de 7.723 votos brancos ou 1,81 por cento e os 15.534 votos nulos ou 3,64 por cento do total. Por isso, a segunda volta das eleições presidenciais realizou-se a 9 de Maio com a campanha eleitoral a decorrer entre 22 de Abril e 6 de Maio. A contagem dos votos tem início após o encerramento das urnas e a Comissão Nacional de Eleições tem de divulgar até 14 de Maio os resultados provisórios.

*Grosso modo*, podemos dizer que todos os partidos políticos foram confiados pelos cidadãos timorenses para garantir a estabilidade política do país. Neste sentido, a independência de liberdade de expressão do povo é tornado claro para a liderança política do novo Estado, como o de Timor-Leste, pois o novo Estado consiste meios de participação efetiva no novo sistema político, segundo a caracterização feita por Max Weber, a transição de uma ordem dominada pelo tradicional para uma ordem dominada pelo racional legal (Silveira, 2004:20). Este fato pode ser explicado numa forma afetiva quanto ao balanço da primeira volta que, Ana Pessoa, Ministra da Administração Estatal, justificou os timorenses como “menos participativos” nos votos em relação as

---

<sup>30</sup> Fontes: Comissão Nacional de Eleições 2007

anteriores eleições, sendo assim, todos os processos decorreram no âmbito de legalidade da lei eleitoral, embora encontrou-se erros técnicos no terreno.

É portanto na distribuição votos validos por distritos na eleição presidencial de 2007, salientamos que a cada Partido teve base de apoio no Distrito, isto é, um partido político visa, fundamentalmente a conquista e exercício do poder político, ou seja participar na governação precisamente tinham vocação das formações partidárias e por isso concorrem às diversas eleições tanto diretamente ou indiretamente, apoiando financiamento candidatos e filiação partidária (Stock, Teixeira e Revez, 2005.p.340).

Na segunda volta, a maioria dos eleitorados dos candidatos derrotados deram os seus votos ao José Ramos Horta, mas, os eleitorados dos partidos Kota e PPT que deram seus votos ao Francisco Guterres. Ramos Horta saiu vencedor com 283.398 Votos 69,13 % de votos e o candidato da FRETILIN só obteve 126.525 Votos 30,87 % de votos.

### 2.3. Eleição presidencial de 2012

Na recente eleição, encontram-se 12 candidatos, cujos 5 candidatos dos partidos políticos e 7 candidatos independentes, como se pode ver na tabela a seguir:

Tabela 9: Os Candidatos Presidenciais em 2012<sup>31</sup>

<b>Número</b>	<b>Os Candidatos</b>	<b>Os Partidos</b>
<b>1</b>	Manuel Tilman	PPT/KOTA
<b>2</b>	Taur Matan Ruak	CNRT/Independente
<b>3</b>	Lu-Olo	FRETILIN
<b>4</b>	Ramos Horta	PDN/Independente
<b>5</b>	Abílio Araújo	PNT
<b>6</b>	Maria do Céu	Independente
<b>7</b>	Angelita Pires	Independente
<b>8</b>	Lucas da Costa	Independente

<sup>31</sup> Fontes: Comissão Nacional de Eleições 2012

<b>9</b>	José Gomes	Independente
<b>10</b>	José Luís Guterres	FRETILIN Mudança
<b>11</b>	Rogeiro Tiago Lobato	Independente
<b>12</b>	Fernando Lasama	PD

Nenhuma dos candidatos referidos na tabela acima referida obteve votos com maioria absoluta, por isso, a segunda volta está marcada para o dia 16 de Abril de 2012. Porém, é justificável se nós apresentamos já, aqui, os resultados obtidos pelos candidatos na primeira volta.

Tabela 10: Os resultados na primeira volta

<b>Número</b>	<b>Os Candidatos</b>	<b>Os partidos</b>	<b>Votos</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>1</b>	Francisco Guterres	FRETILIN	128.266	28,48
<b>2</b>	Taur Matan Ruak	Independente	113.553	25,18
<b>3</b>	Ramos Horta	Independente	80.291	17,81
<b>4</b>	Fernando de Araújo	PD	79.653	17,67
<b>5</b>	Rogeiro Lobato	Independente	16.090	3,56
<b>6</b>	José Luís Guterres	F. Mudança	9.053	2,01
<b>7</b>	Manuel Tilman	KOTA/PPT	2.080	1,80
<b>8</b>	Abílio Araújo	PNT	6.139	1,36
<b>9</b>	Lucas da Costa	Independente	3.826	0,85
<b>10</b>	Francisco Gomes	AILEBA	3.505	0,78
<b>11</b>	Maria do Céu Lopes	Independente	1.820	0,40
<b>12</b>	Angelita Pires	Independente	1.219	0,38

Na tabela referida acima os candidatos que mais votado na primeira volta é Francisco Guterres alias Lu-Olo e Presidente do partido FRETILIN com total votos

128.266 e percentagem 28,48 e o candidato que segundo votado ou ocupa com segundo lugar na primeira volta é José Vasconcelos alias Taur Matan Ruak com quantia de votos 113.553 e total de percentagem 25,18 e ex-presidente Ramos Horta teve 80.291 e total percentagem 17,81 e consegue terceiro lugar e o candidato que ocupa no quatro lugar é o Presidente Parlamento atual presidente partido Democrata total votos 79.653 e percentagem 17,67 mas com os entre candidatos não obtive o valor 50 + 1 baseado com o regulamento CNE, então aqui o candidato que primeiro votado e o candidato que teve segundo lugar continuar para a segunda volta.

Conforme o resultado da primeira ronda da eleição presidencial realizada em 17 de março de 2012, que nos termos da Lei nº 7 de 28 de Dezembro de 2006 e com as alterações introduzidas pelas Leis nº 5 de 27 de Março de 2007 e nº 8 de 22 de Junho de 2011. Em base destas leis, o acórdão do coletivo de juízes do Tribunal de Recurso constituído por Cláudio de Jesus Ximenes, Maria Natércia Gusmão Pereira e Guilhermino da Silva declararam ao público que o apuramento dos resultados provisório e a publicação da ata do apuramento foi de acordo com as leis referidas. Estes Juízes afirmaram ainda que o apuramento do resultado provisório feito pela CNE estava coreto. Em relação ao Distrito de Baucau a CNE deliberou abrir as urnas de 9 centros de votação que lhe foram entregues pelas razões indicadas no relatório do apuramento nacional que acompanha a ata respetiva, mas tudo isto os Juízes não encontraram nenhuns erros.

No dia 19 de Março de 2012, o STAE enviou uma correspondência (carta no 226/DG-STAE/III/2012) à CNE, na qual se declarava a qualquer responsabilidade sobre a hipótese da CNE pode proceder a abertura das urnas, mas com ordem judicial. A CNE respondeu ao STAE no mesmo dia, enviou uma cópia ao Juiz Presidente deste Egrégio Tribunal (documento no 84/CNE/III/2012), convidando os representantes do STAE para proceder a finalização do processo de apuramento e o preenchimento da ata distrital de Baucau até meia-noite daquele dia.

Mas a resposta do STAE veio apenas no dia seguinte, isto é, no dia 2 de Março de 2012 (carta no 227/DG-STAE/III/2012), sem responder ao convite para vir proceder a contagem dos votos na sede nacional da CNE e também nunca se oferecendo uma solução ao problema. Manifestando-se, ao mesmo tempo, discordar que a CNE procedesse a abertura das urnas e subsequente contagem dos votos e requerendo a

intervenção deste Egrégio Tribunal de Recurso. Nesta sequência, o Juiz presidente respondeu a solicitação do STAE (carta no 02/P-TR/PEP/2012), manifestando o seu entendimento no sentido de que a CNE tem a prerrogativa de “se for necessário abrir as urnas e fazer a contagem dos votos” para fazer o apuramento nacional dos votos, pelo qual a ata do distrital de Baucau não inclui os dados dos nove centros de votação, porque não cumpriu os requisitos legais conforme o disposto no artigo 45º, alínea 4 da lei 7/2006. Sendo assim, a CNE cumpriu a tomar tal atitude, haja vista a prerrogativa a que dispões o artigo 46 da lei 7/2006.

Não restou à CNE outra alternativa se não assumir a responsabilidade da abertura das urnas, e proceder com a verificação das atas e decidir definitivamente sobre os votos reclamados, a fim de ser capaz de apresentar a este Egrégio Tribunal uma ata de apuramento que incluísse os 630 centros de votação, haja vista que o STAE entregou uma ata distrital definitiva, na qual faltavam 9 centros de votação no Distrito de Baucau. O processo foi apresentado com irregularidades, entretanto com a chegada de urnas procedentes do centro de votação de Buibau, com mesmo centro de votação Buibau, em duas fases, que gerava a desconfiança no processo de contagem inicial realizado no centro de votação. Por isso que a CNE abriu as urnas dos 9 centros de votação no Distrito de Baucau no sentido de concertar e facilitar o apuramento do resultado nacional provisório.

Conforme o artigo 46º da Lei 7/2006, CNE tem oportunidade para fazer o apuramento nacional dos resultados, e também decidir sobre reclamações e afixar o apuramento dos resultados nacionais. Essa Lei também indica o resultado nacional provisório das eleições e obrigatoriamente ter em conta todos os votos que entrados nas urnas. A lei eleitoral garante que a CNE pode fazer o apuramento nacional com base nas atas de apuramento Distrital. A CNE tem decidir para poder chegar ao resultado nacional provisório e se for necessário deve abrir as urnas e fazer a contagem ou recontagem dos votos, tem toda a legitimidade para o fazer e não pode deixar de fora os votos que não estão contados, tomar as medidas necessárias para preencher eventuais lacunas que encontrem nas atas de apuramento distrital ou suprir a falta deles, ou deixar de tomar decisões sobre reclamações ou questão que deve decidir para poder chegar ao resultado provisório nacional.

Não pode remeter para a Assembleia de Apuramento Distrital ou aos centros de votação a decisão sobre qualquer destas questões porque as fases de apuramento inicial e apuramento distrital já passaram; não pode remeter a decisão sobre elas para o Tribunal, porque não cabe ao Tribunal fazer o apuramento, isto é, segundo o artigo 47º da lei eleitoral citada permite apenas o Tribunal a decidir para julgar a validade da eleição e proclamar os resultados.

Assim, nos termos do artigo 48º da Lei7/2006, o Coletivo de Juízes do Tribunal de Recursos, delibera a validade da primeira votação da eleição do Presidente da República realizada em 17 de Março de 2012 e serão proclamados pelo Presidente do Tribunal de Recurso, como apresentamos na tabela a seguir:

Tabela 11: Total eleitor na primeira votação da eleição do Presidente da República<sup>32</sup>

	<b>Total</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>Eleitores Inscritos</b>	626 503	
<b>Eleitores Votantes</b>	489 933	78.20 %
<b>Votos Válidos</b>	464 661	94.84 %
<b>Votos brancos</b>	6484	1.32 %
<b>Votos nulos</b>	18788	3.83 %

Os resultados supracitados na tabela indicam a maior participação do povo timorenses nas eleições presidenciais, isto tem a ver com o nível de desenvolvimento na política e transformações dos partidos políticos e o funcionamento das instituições representativas cada vez mais maior. Estas questões segundo Morlino (2003) no livro os partidos políticos em Portugal continuidade e transformação (Marco Lisi 2011, p.259), a três dimensões essenciais nomeadamente procedimentos, conteúdos e resultados.

O desempenho dos partidos é extremamente importante pois está ligado à primeira esfera, ou seja, aos aspetos formais dos regimes representativos. Obviamente as implicações de transformações dos partidos dependem da noção de democracia adotada por Allern e Pedersen (2007), citado por Marco Lisi (2011) como evidencia anteriormente, os partidos são atores fundamentais, tanto no componente institucional

<sup>32</sup> Fontes: Relatório CNE 26 de Março de 2012

da democracia baseada na interação entre as forças políticas bem como na dimensão participativa. Neste sentido, há três elementos importantes a considerar: as características de competição, as modalidades de competição e finalmente a representatividade (Marco Lisi, 2011, *ibidem*, 259). Seguindo a opinião de Marco Lisi, salientamos que na política timorense os candidatos são principais figuras históricas de Timor-Leste.

Para reforçar a componente “competitiva” da democracia na medida em que identifique as preocupações e exigências dos diversos grupos sociais, a tarefa é desempenhada sobretudo através da agregação das preferências e da responsabilização dos líderes. Com efeito, as dinâmicas intrapartidárias são importantes não apenas para definir as orientações estratégicas e programáticas dos partidos, mas também para reforçar a responsabilização dos partidos perante o eleitorado em geral (Maravall 2008) citado Marco Lisi (2011,p260).

Na primeira ronda das eleições presidenciais, os 12 candidatos não conseguiram ultrapassar o modelo 50+1, isto é, entre 12 candidatos só apenas aqueles que obtiveram o primeiro e segundo lugar iam a segunda volta da votação realizada em 16 de Abril de 2012, segundo a qual nos termos da Lei nº 7 de 28 de Dezembro de 2006, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 5 de 27 de março de 2007, e nº 8 de 22 de Junho de 2011, para qual concorreram os candidatos mais votados na primeira volta Francisco Guterres alias Lú-Olo e José Vaz Concelos alias Taur Matan Ruak, como veremos o resultado na tabela a seguir:

Tabela 12: Total eleitor na segunda votação Presidente da República<sup>33</sup>

	<b>Total</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>Eleitores inscritos</b>	627.295	
<b>Eleitores votantes</b>	458.703	73,12 %
<b>Votos válidos</b>	449.879	98,08 %
<b>Votos brancos</b>	2.023	0,44 %
<b>Votos nulos</b>	6.801	1,48 %

<sup>33</sup> Fontes: Relatório CNE 23 de Abril de 2012

Como este resultado, os candidatos mais votados na segunda ronda é Taur Matan Ruak com total votos obtidos 275.471 com percentagem 61,23 % e Francisco Guterres Lú-Olo com total votos obtidos 174.408 e com percentagem 38,77 %, com este resultado o candidato eleito Presidente da República é Taur Matan Ruak. Este resultado faz-nos pensar que a existência de um Estado democrático precisa respeitar das liberdades políticas, cívicas e também tolerante com a oposição política social é um fator determinante ao desenvolvimento e consolidação dos novos movimentos sociais (Stock,2005,p.339). É por isso que Schumpeter considera o método democrático consiste no arranjo institucional necessário para chegar decisões políticas no qual algumas pessoas alcançam o poder de decidir através de uma competição destinada a obter o voto popular (Schumpeter,1947: 269), no livro curso de ciência política (Pasquino,2010: 357).

Mas, o que importante é a participação dos eleitorados, pois estes possam exercer livremente atividades consideradas fundamentais para estruturação do voto e direitos considerados irrenunciáveis na vida democrática. Porque o elenco mais pormenorizado dos requisitos essenciais á criação de um regime democrático foi anunciado pelo Robert Dahl que constrói com base nas garantias que necessário conferir aos cidadãos e nos direitos a promover e a proteger para suas preferências sejam efetivamente tidas em conta pelos governantes previamente escolhidos segundo as modalidades sugeridas por Schumpeter (Pasquino, 2010: 359).

Eleição presidencial em Timor-Leste utilizou o sistema de “regras maioritárias” no sentido de exigirem a obtenção de uma maioria de votos, embora essa exigência passa-se por uma ou duas voltas, na verdade não se trata de uma regra, mas de um princípio. Na opção de maioria simples, aplicada a círculos uninominais ou plurinominais os mandatos são atribuídas ao partido ou candidato que obtenha mais votos, o que significa que qualquer que seja a percentagem de votos desde que maior do que os de restantes partidos, ela representa sempre 100 % dos mandatos. Mas na opção “maioria absoluta” utilizada nas eleições presidenciais deve ser aplicada também nas eleições parlamentares, o vencedor necessita de obter mais de 50 % dos votos baste 50% mais um. Nesta situação exige a realização de uma segunda volta (two round system), que em regra, é disputa entre os dois candidatos mais votados (Meirinho,2008.p.217-218).

Depois de ter elegido, Taur Matan Ruak, na entrevista da Lusa, declara que, a campanha terminou, as eleições terminaram, o presidente foi eleito portanto dirigida um mensagem para todos os partidos e todos os movimentos sociais existentes em Timor-Leste para juntem esforços de modo a puderam continuar a colaborar para a estabilidade, progresso e desenvolvimento do país porque somos irmãos que vai trabalhar consigo em prol de Timor, porque ele sabe que tenho uma admiração e um respeito muito grande por ele, e também conta com ele com todos os seus companheiros do partido político que ele lidera, Timor-Leste precisa dele e todos nós para reunir esforços competências e capacidade para melhor servir o país (LUSA,19 de Abril de 2012).

De qualquer forma, a ideia base de Taur Matan Ruak está na concepção ideológica de Samuel Huntington, segundo a qual sugere a participação dos cidadão na política é para a compreensão das causas e consequência dos diferentes padrões de participação política, não se assuma a participação política como uma variável simples e homogénea, mas sim com um conceito abrangente, uma espécie de rótulo que serve para embalar um conjunto de variáveis em que cada uma se ajusta á noção principal e que, ao mesmo tempo, apresenta causas e consequências diferentes. Neste caso, dizia Bobbio (1988:74): a importância da participação política não depende da quantidade de formas que podem ser praticadas mas da extensão em que os cidadãos as exercem. Daí que, o grau desenvolvimento democrático não pode aferir-se a partir de número de pessoas que têm direito de voto, mas do número de instâncias, deferentes das sedes políticas, em que se exerce esse direito (Meirinho,2010.p.243).

## Conclusão

Este estudo comparado é o resultado de uma pesquisa documental relativamente “A participação da sociedade timorense nas eleições presidenciais”. Ao longo deste estudo fizemos uma abordagem teórica que procura ser útil para o desenvolvimento deste tema e para compreensão desta área disciplinar. Identificando o processo de eleições e comparamos os resultados obtidos dos candidatos nas eleições 2002, 2007 e 2012; todos estes atos eleitorais encontrando reveladores de um conjunto obstáculos e vulnerabilidades das situações que caracterizam a vida política timorense.

A nossa observação permite-nos afirmar que a sociedade política e civil timorense estão numa fase de afirmação democrática e de desenvolvimento nacional que se assenta na política de transparência e de confiança. A participação da sociedade timorense nas eleições presidenciais terminou num clima de tranquilidade, embora tivesse havido alguns distúrbios nos arredores de Díli e na alguns distritos. Assim sendo, todo o processo de eleições correu calmamente conforme as principais leis que regem tais processos, mas está ainda longe de melhorar todas as instituições do Estado-nação de Timor-Leste e as funções dos partidos políticos, enquanto mediadores entre a sociedade civil e o Estado:

1. Exigir o respeito pela lei e corrigir alguns erros cometidos nas campanhas eleitorais, limitando também o apoio financeiro aos partidos políticos para próximas eleições.
2. Exigir a mais transparência política nas próximas eleições, isto é, evitar a “Political Money” e a “Política de Comprar Votos”.
3. Exigir aos líderes dos partidos políticos o respeito por todas as instituições do Estado e da sociedade civil com objetivo de manter a paz e estabilidade do país.

4. A CNE deve dar informações detalhadamente à sociedade sobre a eventual política de eleições no país (tanto legislativa com presidencial).
5. Ao longo deste trabalho, falamos do comportamento dos eleitorados que deram os seus votos não pelo programa político, mas pela figura de quem é candidato ou está a frente do partido político. Para evitar este tipo de comportamento eleitoral, é preciso socializar e educar política e civicamente a sociedade civil, que deve participar, escolher mas de uma forma consciente, autónoma e principal formada.

## Bibliografias

*Constituição República Democrática de Timor Leste*, 2002;  
*Comissão Nacional nas eleições Presidenciais*, 2002, 2007 e 2012 em Timor Leste  
*MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL UNIÃO EUROPÉIA (2007)*, *Declaração preliminar*, Díli: Timor-Leste.  
(2007a), República Democrática de Timor-Leste – Relatório final Eleições presidencial e parlamentares, Díli: Timor-Leste.

### Fontes Secundarias

Aguiar, Joaquim (1988), “Democracia pluralista, partidos políticos e relação de representação”, in *Análise Social*, vol. 24, Lisboa: ICS-UL, pp. 59-76;  
Amaral Do Freitas Diogo (1997), *História Das Ideias Políticas*, Volume I, Almedina.  
Balão, Sandra Rodrigues (2001), *A Fórmula do Poder, Elite, Partidos, Democracia e Corrupção Política no Pensamento de Moisei Ostrogorski*, ISCSP, UTL, Lisboa  
Barbedo-Magalhães, António (2007), *Timor-Leste: interesses internacionais e atores locais, volume III – a difícil construção do Estado democrático (1999-2007)*, Porto: Edições Afrontamento.  
Baudouin Jean (2000), *Introdução À Sociologia Política*, Editorial Estampa.  
Bessa, António Marques (coord.) *Elites e Poder, Ensaio* (1997), Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, Lisboa.  
Bessa, Antonio Marques (coord) *Timor- Leste em Mudança, Ensaio sobre Administração pública e Local* (2004) Instituto do Oriente e Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, Lisboa.  
Barroso, Luis Roberto (2009), *A Reforma Política: Uma Proposta de Sistema de Governo, Eleitoral e Partidário para o Brasil*.2006 Disponível <http://www.institutoideias.org.br/> (consulta a 10/02/2009).

- Canotilho, José Joaquim Gomes (2003), *Direito Constitucional e Teoria da Constituição.*, Coimbra: Almedina Editora
- Da Cruz, Teixeira, Maria José (2002) *A Função Pública e o Poder Político*, ISCSP, UTL, Lisboa.
- Bobbio, Norberto, 1909- Dicionário de política I Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai; coord. Trad. João Ferreira; Rev. Geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.
- Bobbio, NORBERTO (1986), *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Duverger, Maurice (1970). *Institutions politiques ET Droit constitutionnel*, Paris: Presses Universities de France.
- (1978), *Echec au roi*, Paris: Albin Michel.
- (1980). “A new political system model: semi-presidential government”, *European Journal of Political Research*, 8, 165-87.
- Freire André (coord) (2011), *Eleições e Sistemas Eleitoral no Século XX Português, Uma Perspectiva Historia Contemporânea*, Lisboa: Fundação Mário Soares e Instituto de Historia Contemporânea da Universidade Nova Lisboa.
- Fernandes, José António, *Introdução à Ciência Política Teorias, Métodos e Temáticas* (2010), 3ª Edição, Porto Editora.
- Fernandes, Moisés Silva (2005), “O Processo de Descolonização do Timor Português nos Arquivos Portugueses, 1974-1975”, in *IV Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica*, <http://www.cultura.gov.tl/pt/documentacao/publicacoes?page=1> (acedido em 12/4/2012).
- Huntington, Samuel P, *O Choque das Civilização e a Mudança na Ordem Mundial* (1999), Lisboa: Gradiva.
- Lucena, Manuel de (1996), “Semipresidencialismo: teoria geral e práticas portuguesas (I)”, in *Análise Social*, vol. 31 (138), pp. 831-892
- Lara António de Sousa (2008), *Ciências Políticas Metodologia Doutrina e Ideologia*, ISCSP, UTL.
- Lisi, Marco (2011) *Os Partidos Políticos Em Portugal Continuidade e Transformação*, Lisboa: Almedina

- Martins, Manuel Meirinho (2003), *Participação Política e Grupos de Cidadãos Eleitores, Um Contributo Para O Estudo Da Democracia Portuguesa*, Lisboa: ISCSP, UTL
- Martins, Manuel Meirinho, (2008) *Representação Política Eleições e Sistemas Eleitorais Uma Introdução*, Lisboa: ISCSP, UTL
- Martins, Meirinho Manuel, *Participação Política e Democracia, O Caso Português (1976-2000)* (2004), Lisboa: ISCSP, UTL.
- Martins, Meirinho Manuel (2010), *Cidadania e Participação Política, Temas e Perspectivas de Análise* Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa: ISCSP-UTL.
- Mendes, Canas Nuno (2005), *A Multidimensionalidade da Construção Identitária em Timor- Leste*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Novais, Jorge Reis (2007), *Semipresidencialismo I*, Coimbra: Almedina Editora
- Pasquino, Gianfranco (2010), *Curso de Ciência Política*, Cascais: Principia.
- Paulino, Vicente (2009), *Identidade e Representação: Uma abordagem da Cultura Timorese* (dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação), Lisboa: FCSH-UNL.
- Porta, Donatella Della, (2003), *Introdução À Ciência Política*, Lisboa: Editorial Estampa
- Prewitt, Kenneth (2005), “Political ideas and a political science of policy”, in *Annals of the American Association of Political and Social Sciences*, julho, n. ° 600, pp. 14-29.
- Russomano, Rosah (1978), *Curso de Direito Constitucional*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos
- Santos, do Espírito Paula (2011), *Sociologia Política e Eleitoral, Modelos e explicações de Voto*, Lisboa: ISCSP, UTL.
- Sousa, de Carneiro, Lurdes (2004), “A Longa Caminhada para a Democracia: A Eleições de 2001 para a Assembleia Constituinte de Timor Leste”, in Bessa, Antonio Marques (coord), *Timor- Leste em Mudança Ensaios sobre*

Administração Pública e Local, Lisboa, Instituto do Oriente e Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Stock, José Maria (Coord.) (2005), *Velhos e Novos Atores Políticos. Partidos e Movimentos Sociais*, Lisboa: Universidade Aberta

Tocquville, Alexis (1981), *De la Démocratie en Amérique*, vol. 2, Paris: Garnier-Flmamarion.

### **Sites consultados:**

<http://www.tecsi.usp.br/eventos/contecsi> Herbert de Sousa, 2004 (acedido 15/4 2012).

<http://www.jornal.gov.tl> ( acedido a 29 de Outubro de 2008)

<http://www.stae.tl> (acedido a 28 de Dezembro de 2006)

<http://www.jornal.gov.tl> 2007 (acedido 15/5/ 2012)

<http://www.citi.pt> 1998 e 1999(acedido 15/5 2012)

<http://www.Saladosprofessores>.Eleições Eleições Timor Leste 2007(acedido 16/6/2012)

<http://www.luolopresidente.blogspot.pt.2007> ( acedido 17/5/2012)

<http://www.Lusa.pt.2012> (acedido a 25 de Setembro de 2012)

<http://www.rtp.pt/noticias.26> (acedido a 24 de Setembro de 2012)

<http://presidenciais.sapo.tl/2012/noticias/lusa/artigo/14172994>(acedido a 28 de setembro de 2012).